



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores Diário da Sessão

VIII Legislatura
I Sessão Legislativa

Número: 8
Horta, Quarta-Feira, 16 de Março de 2005

Presidente: *Deputado Fernando Menezes*
Secretários: *Deputados António Loura e Cláudio Lopes*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 15 horas e 05 minutos.

Não havendo correspondência, passou-se de imediato ao período destinado à emissão de votos, tendo sido apresentado, pelo Sr. Deputado Costa Pereira (*PSD*), um **Voto de Congratulação pela passagem do 50º aniversário do Núcleo Cultural da Horta**, o qual foi aprovado por unanimidade.

Usaram da palavra sobre este voto os Srs. Deputados Alvarino Pinheiro (*PP*) e João Bettencourt (*PS*).

Para **tratamento de assuntos de interesse relevante para a Região**, proferiram intervenções, a diverso título, os Srs. Deputados Catarina Furtado (*PS*), Piedade Lalanda (*PS*), Maria José Duarte (*PSD*), José Manuel Bolieiro (*PSD*), Pedro Gomes (*PSD*), Fernanda Mendes (*PS*), Rogério Veiros (*PS*), Mark Marques (*PSD*), José San-Bento (*PS*), Clélio Meneses (*PSD*), Hernâni Jorge (*PS*), Lizuarte Machado (*PS*), Alvarino Pinheiro (*PP*) e Jaime Jorge (*PSD*), bem como o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*) e o Sr. Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*).

Agenda da Reunião:

- Proposta de Decreto Legislativo Regional - “Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Regional”.

Após a apresentação feita pelo Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, (*Sérgio Ávila*), passou-se ao debate da Proposta de Decreto Legislativo Regional em que intervieram os Srs. Deputados José San-Bento (*PS*), José Manuel Bolieiro (*PSD*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Pedro Gomes (*PSD*) e Sérgio Ferreira (*PSD*), bem como o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

Submetida à votação a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada, na generalidade, por unanimidade, tendo sido aprovada por maioria em votação final global.

Na especialidade foi aprovada por maioria com excepção dos artigos 1º, 2º, 3º, 11º, 12º e 13º que foram aprovados por unanimidade.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados José Manuel Bolieiro (*PSD*) e José San-Bento (*PS*).

(Os trabalhos terminaram às 20 horas e 05 minutos)

Presidente: Muito boa tarde Srs. Deputados e Sra. Membro do Governo.

(Os trabalhos tiveram início às 15 horas e 05 minutos)

Bem-vindos ao plenário da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.
Como é habitual, vamos ver se cumprimos os nossos horários.
Não há correspondência, vamos proceder de imediato à chamada.
O Sr. Secretário da Mesa faça o favor de proceder à chamada.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Ana Isabel Damião de Serpa Arruda **Moniz**
António José Tavares de **Loura**
António Gonçalves Toste **Parreira**
Catarina Paula Moniz **Furtado**
Fernando Manuel Machado **Menezes**
Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral
Guilherme de Fraga Vicente **Nunes**
Henrique Correia **Ventura**
Hernâni Hélio **Jorge**
João Carlos Correia Lemos **Bettencourt**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
José de Sousa **Rego**
José Gaspar Rosa de **Lima**
José Manuel Gregório de **Ávila**
Lizuarte Manuel **Machado**
Lubélia Maria de Melo Figueiredo **Chaves**
Luís Paulo de Serpa **Alves**
Manuel Avelar Cunha Santos
Manuel Soares da **Silveira**
Maria **Fernanda** da Silva **Mendes**
Maria Piedade Lima **Lalanda** Gonçalves Mano
Mariana Rego Costa de **Matos**
Nuno Alexandre da Costa Cabral **Amaral**
Nuno André da Costa Soares **Tomé**
Paulo Manuel Ávila **Messias**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veiros**

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Abílio Lopes **Pereira**
António Augusto Batista Soares **Marinho**
António Lima Cardoso **Ventura**
Carla Patrícia Carvalho **Bretão** Martins
Cláudio José Gomes **Lopes**
Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**
Jaime António da Silveira **Jorge**
Jorge Alberto da **Costa** **Pereira**
Jorge Manuel de Almada **Macedo**
José Manuel Cabral Dias **Bolieiro**
José Manuel Avelar **Nunes**
Luís Henrique da **Silva**
Maria José Botelho de Viveiros da Silva Lemos **Duarte**
Mark Silveira **Marques**

Pedro António de Bettencourt **Gomes**
Rui Fernando Dinis Borges de **Meneses**
Sérgio Emanuel Bettencourt **Ferreira**

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel de Meneses **Pinheiro**

Deputado Independente (Indep.)

Paulo Domingos Alves de **Gusmão**

Estão presentes 45 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Chegou à Mesa um Voto de Congratulação. Peço a um dos Srs. Deputados subscritores para fazer a leitura do voto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

“Voto de Congratulação

Por despacho ministerial de 24 de Março de 1955, foram aprovados os Estatutos do Núcleo Cultural da Horta, atribuindo a esta instituição competências especiais em três áreas: promover ou patrocinar estudos históricos, etnográficos, linguísticos e científicos, relativos ao Arquipélago dos Açores e, em especial, às ilhas do ex-Distrito da Horta; promover a publicação ou divulgação de trabalhos culturais de reconhecido valor, e promover ou patrocinar outras manifestações culturais, compatíveis com os objectivos do Núcleo.

Para o exercício das competências descritas, as actividades do Núcleo, de acordo com os seus Estatutos, poderão incluir a publicação regular de um boletim, a organização de conferências, espectáculos ou exposições de reconhecido interesse cultural e a organização ou patrocínio de outras actividades culturais, incluindo a manutenção de museus, arquivos ou bibliotecas.

Um ano antes do referido Despacho Ministerial, a 20 de Março de 1954, catorze cidadãos haviam subscrito a proposta dos Estatutos do Núcleo Cultural da Horta e haviam decidido apresentá-la a aprovação superior. Desse grupo de intelectuais e líderes locais, sobressaíam, em número, os professores liceais, mas figuravam também advogados, escritores, engenheiros, médicos, um farmacêutico e um sacerdote.

Estes actos concretos que conduziram à fundação do Núcleo Cultural da Horta foram o culminar de um movimento de opinião que se desenvolveu na ilha do Faial e que teve eco significativo na imprensa local, sobretudo a partir de finais da década de 1940.

Era denominador comum da opinião publicada na imprensa faialense dessa altura que Ponta Delgada e Angra do Heroísmo tinham os seus Institutos culturais; que se criaram e desenvolveram sem dificuldades; que realizavam variadas actividades culturais; que davam à estampa as suas publicações e que, face a esses exemplos de sucesso, se tornava urgente e necessária a criação de uma instituição congénere no Faial “capaz de manter de pé, em forma que nos não envergonhe aos olhos estranhos, uma revista onde se arquivem (anualmente ou semestralmente) documentos e estudos referentes à história das quatro ilhas ocidentais e em cujas páginas se ponha a salvo alguma coisa do que ainda restar da nossa riqueza folclórica” (Carlos Fragueiro, *O Telégrafo*, 12.10.1949).

A primeira Assembleia Geral do Núcleo Cultural da Horta realizou-se a 28 de Abril de 1955, nos Paços da Junta Geral do Distrito da Horta, e dela resultou a eleição da primeira direcção, presidida pelo escritor e conferencista Osório Goulart.

A sobrevivência e viabilidade do Núcleo Cultural da Horta até 1974 deveu-se, sem dúvida, aos apoios recebidos da Junta Geral do Distrito, que constituíram a sua quase única fonte de financiamento. Depois disso, esse lugar foi ocupado pelo Governo Regional dos Açores.

O apoio inicial da Junta Geral expressou-se ainda na cedência das instalações dos “Paços da Junta” para a “sede provisória” do Núcleo, tendo esta aí se mantido até Março de 1966, altura em que se mudou para uma sala da Fayal Coal cedida para esse fim. No decurso dos anos 70, a Sede Provisória do Núcleo passou para o Museu da Horta e aí se manteve até ao início da década de 1990, quando a necessidade de espaço daquela instituição obrigou à sua saída. A partir daí, o Núcleo deixou de ter instalações, reunindo-se na Casa de Cultura da Horta ou na Biblioteca Pública e Arquivo da Horta e a sua Biblioteca ficou depositada na Casa Grande.

À semelhança dos apoios e facilidades neste âmbito concedidos a instituições congéneres de outras ilhas, em 1995 o Governo Regional dos Açores, através da Direcção Regional dos Assuntos Culturais, deliberou incluir no projecto de reabilitação e adaptação da Casa Grande, instalações destinadas ao Núcleo Cultural da Horta. Tal decisão foi, no entanto, suspensa em 1997, pelo novo Governo Regional.

Por isso, o Núcleo, sem local onde colocar a sua Biblioteca e sem sede, viu-se obrigado a alugar um espaço no imóvel da antiga Sociedade de Carvão e Fornecimentos do Faial, Lda, onde ainda hoje, com dificuldades, se mantém.

O rosto e a face mais visível do Núcleo Cultural da Horta tem sido a edição do seu *Boletim*. O primeiro número saiu em Dezembro de 1956. Têm trabalhos publicados ao longo dos vários números do *Boletim* importantes nomes da intelectualidade faialense e açoriana, designadamente Marcelino Lima, Osório Goulart, Frederico Machado, P.e Júlio da Rosa. Júlio Andrade, Florêncio Terra, António Lourenço da Silveira Macedo, Pedro da Silveira, Adelina da Costa Nunes, Rodrigo Guerra, Victor Hugo de Lacerda Forjaz, Ernesto Rebelo, João Teixeira Soares de Sousa, António Ferreira de Serpa, Manuel Ávila Coelho, Avelino de Freitas de Meneses, José Guilherme Reis Leite, Ricardo Manuel Madruga da Costa, Luís M. Arruda, J. Ávila Martins, Urbano Bettencourt ou Álamo de Oliveira. Ao longo dos treze números publicados até agora (e em que alguns deles se desdobram em vários fascículos) perpassam temas e assuntos muito diversos que abrangem áreas que vão desde a História, o Folclore, a Filologia, a Etnografia e o Artesanato até às Ciências Naturais, Pescas e Geologia/Sismologia.

O Núcleo Cultural da Horta e os institutos congéneres criados nos Açores no seu tempo, foram uma resposta às necessidades e exigências da sociedade de meados do século passado.

O advento do 25 de Abril de 1974, a democratização cultural que o acompanhou, o surgimento do Governo Regional dos Açores, com os seus departamentos na área da cultura que promovem actividades próprias, a progressiva intervenção das autarquias locais na organização de eventos culturais, a fundação e consolidação da Universidade dos Açores, todas estas alterações estruturais restringiram o espaço de intervenção e o papel dos institutos culturais açorianos.

Por isso, cinquenta anos depois da sua fundação, impende sobre o Núcleo Cultural da Horta e instituições congéneres a necessária reflexão sobre o seu lugar no contexto dos vários organismos que intervêm na área da cultura no Faial e nos Açores.

Mas nesta ocasião em que o Núcleo Cultural da Horta celebra o seu cinquentenário, testemunhando o trabalho desenvolvido neste seu já longo percurso em prol da cultura nos Açores e reconhecendo o lugar que lhe compete no desenvolvimento e promoção da cultura e na afirmação da pluralidade e da democratização do saber e do conhecimento, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, os deputados abaixo assinados propõem à Assembleia Legislativa Regional dos Açores a aprovação deste Voto de Congratulação.

Horta, Sala das Sessões, 16 de Março de 2005.

Os Deputados Regionais, Clélio Meneses, Jorge Costa Pereira, Alberto Pereira, Cláudio Lopes, Jaime Jorge, José Manuel Nunes.

Presidente: Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Estão inscritos os Srs. Deputados Alvarino Pinheiro e João Bettencourt.
Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

(*) **Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O CDS/PP associa-se a esta oportuna iniciativa do Partido Social Democrata, Voto de Congratulação, relativamente a uma data relevante da vida dessa prestimosa instituição que, como muito bem surge descrito ao longo do voto, não só prestou relevantes serviços à sua comunidade principal, a ilha do Faial, como a toda a Região.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Bettencourt.

(*) **Deputado João Bettencourt (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como esta é a minha primeira intervenção, gostaria de, em primeiro lugar, apresentar cumprimentos a todos os presentes.

Relativamente ao voto de Congratulação, apresentado pelo PSD, gostaria de referir que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se ao teor do voto em questão, manifestando, desde já, a plena concordância com a importância do Núcleo Cultural da Horta em prol da cultura de todos os faialenses e dos açorianos em geral.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos votar este Voto de Congratulação.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao período destinado às intervenções de interesse relevante.

Pergunto se o Grupo Parlamentar do PS mantém as inscrições que entregou ontem e se o PSD tem inscrições?

Uma vez que o Grupo Parlamentar mantém as inscrições de ontem, dou a palavra, para uma intervenção, à Sra. Deputada Catarina Furtado.

Deputada Catarina Furtado (PS): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na primeira vez que intervenho nesta Assembleia permitam-me que cumprimente o Senhor Presidente, as Senhoras e os Senhores Deputados, a Senhora e os Senhores Membros do Governo e faça a todos votos de continuação de um bom trabalho.

Legislar sobre Cultura é, desde há muito, um desafio que se põe quer a parlamentos quer a governos. O estabelecimento de objectivos e a consagração de estratégias têm obrigatoriamente de substanciar dois níveis de actuação, que não sendo propriamente concorrentes são diversos. A recepção de uma dada cultura identitária de uma comunidade e a promoção das novas formas de cultura pode tornar difícil um processo de decisão. Ora, ao poder político exige-se, não só que tenha a sensibilidade necessária à prossecução das novas tendências, como também que propicie os seculares mecanismos de sociabilização.

Os Açores, enquanto realidade arquipelágica, são uma única Cultura, mas também uma diversidade cultural marcada por um desenvolvimento, durante muito tempo, relativamente isolado de cada uma das nossas nove ilhas. As Filarmónicas, enquanto escolas de Formação Musical, são uma marca indelével do Ser Açoriano. A orquestra Regional dos Açores, “Lira Açoriana”, composta por Jovens músicos de várias localidades do nosso arquipélago é a unidade na diversidade. Por seu turno, os “bailhinhos” da Terceira, os Foliões do Pico, as Cavalhadas de São Pedro, em São Miguel são realidades psico sociais da Cultura de uma ilha ou mesmo de apenas uma freguesia ou concelho.

Por outro lado, nos Centros Urbanos começam a despoletar um conjunto de iniciativas, cuja viabilidade económica só é possível devido ao elevado número de habitantes. Porém, é tarefa do poder autonómico regional, a promoção de eventos culturais descentralizados, difundindo as novas tendências por todo o arquipélago. A fruição artística é um direito de todos. Cabe, por isso, ao poder político a tarefa de possibilitar, dentro da medida do possível, a igualdade no acesso à Cultura.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A identidade Açoriana deve ser promovida junto daqueles que nos visitam, sem contudo, descurar o acesso dos Açorianos a estes bens. A rede museológica regional é a demonstração prática e

actual da existência nos Açores de uma visão renovada de que o que é da Gente serve a nós e a quem nos visita. Todavia, a revitalização da actividade museológica depende em larga medida da relação que cada museu estabelece com a comunidade, mormente com a comunidade educativa da sua área de influência.

A defesa e valorização do património arquitectónico e espiritual tem salvaguardado, preservado e recuperado, fragmentos da nossa memória que unidos dão forma à nossa Cultura.

Porém, Cultura não deve ser, apenas memória. É certo que a nossa História tem despoletado nos Açorianos e, também, naqueles que nos visitam interesse. O aumento verificado nas visitas aos Museus e Bibliotecas é bem a prova disso. Deve entender-se a História passada como ponto de partida para a construção da História futura, cabendo, por isso, ao poder político o incentivo à criação e educação artística daqueles que, agora, se iniciam. A criação de um Laboratório – Escola Móvel de Teatro consubstancia uma medida fundamental para a promoção das artes dramáticas junto das populações, evidenciando-se um esforço de descentralização promotor da igualdade no acesso aos bens culturais nas nossas nove ilhas. A Rede de Leitura Pública e a modernização e construção de Bibliotecas tem possibilitado uma adequação destes espaços de cultura aos tempos modernos, através da inserção das novas tecnologias, permitindo assim o acesso a várias e novas formas de Cultura.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As Políticas dos Governos do Partido Socialista contêm ainda uma série de projectos de apoio a actividades culturais, cuja organização está a cargo de grupos informais.

Todos os anos são apoiados projectos relativos à dinamização de música feita nos Açores, promoção cultural, realização de encontros de formação ao nível das artes plásticas, literárias, dramáticas e desportivas.

O desenvolvimento e aperfeiçoamento de capacidades relativas ao exercício de espírito crítico, análise estética, debate fundamentado e posicionamento cultural são necessárias para que as camadas mais jovens possam continuar a assimilar uma consciência patrimonial que seja a base de sustentação da cultura herdada e, simultaneamente, ponto de partida para novos movimentos culturais.

A formação cultural de um povo é um bem incomensurável, impassível de visões economicistas sufocantes da Liberdade individual. Nos Açores, ao contrário do que se passou com o Governo da República da ex-direita coligada, os apoios às actividades culturais têm crescido e a criação de espaços a elas destinados é uma realidade indesmentível e evidente aos olhos dos Açorianos. Exemplos disso são o remodelado Teatro Micaelense, o Centro Cultural de Angra do Heroísmo, o Teatro Faialense, entre outros, onde, quase diariamente, é possível aos Açorianos, fruírem de diferentes ofertas culturais que resultam como um modo de abertura ao mundo e criação de Gostos.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Por Cultura temos entendido o culto, desempenho de tradição e perspectivas de futuro. Levamos ao mundo, através, por exemplo, dos nossos emigrantes, a nossa Cultura e os nossos valores. Recebemos dele tradições de outros. Somos pessoas de Cultura. Temos Cultura das pessoas. Por isso, a valorizamos.

Neste mundo açoriano onde, diariamente, nos chegam Culturas várias, veja-se o caso dos turistas que nos visitam, temos tido o bom desempenho de nos abirmos à descoberta. Não nos fechamos na nossa condição de *ovo* pousado no meio do mar, ainda que a metáfora de Nemésio, nos encha de orgulho o coração, mas antes, felizmente, temos aberto as nossas portas à entrada de cada vez mais pessoas, portadoras de ideias e gostos diferentes.

Isto é também Cultura. Cultivar o *bom senso* (*Bom senso e bom gosto, Camilo Castelo Branco*) numa atitude de bom gosto. O bom senso espelha-se, literalmente, nas práticas governamentais, numa clara atitude de bom gosto. Este é o Verdadeiro Método (*Verdadeiro Método de Estudar, Luís António Verney*) de governar.

A Cultura tem contribuído para o nosso desenvolvimento económico, como atrás já foi referido, sendo que o Turismo é, hoje, claramente, um dos pilares de desenvolvimento dos nossos Açores, que têm vindo a ser, cada vez mais, reconhecidos para lá dos limites das ilhas.
Disse...

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Estão abertas inscrições para esclarecimentos.

(Pausa)

Estão inscritos a Sra. Deputada Piedade Lalanda, o Sr. Deputado Nuno Tomé e a Sra. Deputada Maria José Duarte.

Tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

(*) Deputada Piedade Lalanda (PS): Muito boa tarde.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu penso que com a intervenção da Deputada Catarina Furtado fez-se justiça ao conceito de cultura que ontem foi aqui abordado. Hoje, sim, falou-se de cultura numa acepção bem mais vasta que não envolve só o património construído, mas também o património cultural não construído e a fruição cultural que foi aqui referida.

Aproveitando essa introdução dum conceito mais adequado e mais correcto do que se pode entender por cultura, penso que é importante relembrar que em matéria de recuperação de património cultural - ontem foi aqui feita referência ao Convento dos Jesuítas, vulgo conhecida por Igreja do Colégio, tendo sido referido que ela não foi aberta ao público nas devidas condições - a verdadeira protecção do património cultural implica a sua não utilização para fins que não sejam da fruição cultural e o que é certo é que aquela Igreja durante 20 anos esteve fechada e foi inclusive utilizada como estaleiro de obras para a Secretaria de Obras Públicas, da altura do Dr. Mota Amaral.

Deputado Nuno Tomé (PS): *Muito bem!*

A Oradora: Isso é que é não proteger o nosso património. Aliás, muita da recuperação da talha que foi feita naquela Igreja deveu-se à má protecção que foi dada àquela unidade do nosso património.

Defender o património não é só investir em recuperação de talha e de edifícios, é também promover as filarmónicas, os grupos etnográficos, promover a nossa cultura oral, que é aquela que é mais frágil e que é mais passível de desaparecer e promover uma prática no âmbito cultural que eu penso que agora está garantido com o aumento das unidades, como o Teatro Micalense e, forçosamente, o Coliseu Micaelense e um espaço que não foi ainda falado que é o Mira-Mar em Rabo de Peixe.

É importante nós pensarmos que a cultura não é só para os urbanos e para os cidadãos, é também para as comunidades mais deslocadas, mais marginalizadas desta prática cultural que tem o direito e o dever de aproveitar daquilo que se produz e se divulga em termos culturais.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Tomé.

Deputado Nuno Tomé (PS): Prescindo.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Maria José Duarte.

(*) Deputada Maria José Duarte (PSD): Exmo. Sr. Presidente, Exmos. Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo:

Respondendo à Sra. Dra. Piedade Lalanda gostaria de lhe dizer que, pelos vistos, não esteve muito atenta à minha intervenção de ontem, porque eu frisei bem que a minha intervenção ia versar, sobretudo, sobre a preservação, salvaguarda e valorização do nosso património imóvel.

Falei no caso das nossas Igrejas, como também falei no caso, por exemplo, da Biblioteca Pública e Arquivo da Horta que não tem vigilância nocturna, que não tem detector de incêndios nem contra intrusos, o que é, realmente, uma grande falha.

Como sabemos existe lá uma parte do nosso património literário e arquivístico e não há qualquer segurança, se assim podemos dizer.

Também gostaria de saber quais são os mecanismos que o governo pretende para colmatar todas lacunas que ontem salientei na minha intervenção, todas elas fruto de uma investigação séria, duma investigação de equipa, duma série de reuniões que mantive com muito gente ligada à nossa cultura e àquelas denúncias que eu levantei.

A minha intervenção de ontem foi uma intervenção séria e verdadeira.

Deputado Pedro Gomes (PSD): *Muito bem!*

A Oradora: Portanto, eu gostaria de saber que mecanismo o Governo pretende criar para colmatar todas aquelas lacunas que eu ontem referi?

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Muito obrigado Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para dar uma nota e pedir um esclarecimento à Sra. Deputada Catarina Furtado, na sequência da sua intervenção.

Ontem e hoje falamos cultura, num desafio lançado pela Sra. Deputada Maria José Duarte, que propôs a correcção da política de cultura para a área do património imóvel e construído na Região Autónoma dos Açores, numa perspectiva da manifestação cultural do nosso povo em cada uma das nossas freguesias e das nossas ilhas.

Com a intervenção da Sra. Deputada Catarina Furtado, temos duas intervenções importantes que chamam ao Parlamento a reflexão sobre a cultura, a omissão do Governo Regional num caso e o apelo ao Governo para dinamizar mais a perspectiva de apoio às manifestações culturais que se espalham pelas nossas ilhas.

Queria, nesta sequência, perguntar à Sra. Deputada, designadamente numa das suas referências concretas quanto ao papel das filarmónicas em cada uma das nossas freguesias, que política de apoio é que propõe para estas expressões culturais fundamentais das nossas populações em cada uma das nossas freguesias?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Mariana Matos.

Deputada Mariana Matos (PS): Prescindo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação à intervenção da Sra. Deputada Catarina Furtado que salientou, aliás, conforme foi referido na intervenção da Sra. Deputada Piedade Lalanda, aspectos fundamentais daquilo que tem sido e daquilo que será a intervenção do Governo em termos culturais e em relação à intervenção e às questões que foram colocadas pela Sra. Deputada Maria José Duarte, eu gostaria de referir o seguinte: é óbvio que a Sra. Deputada fez ontem uma intervenção e que suscitou questões que não foram apenas em relação à questão do património imóvel. Nesta parte deve haver um lapso.

A Sra. Deputada considerou como uma grande falha da política cultural do Governo o facto de não ter tido acesso à listagem das associações. Isso não é património imóvel e tem a importância que tem para a questão da política cultural.

Mas, em relação aos mecanismos que coloca, aos mecanismos que o governo pensa utilizar para fazer face às situações que foram referidas, quer pela Sra. Deputada Catarina Furtado, quer pela Sra. Deputada Maria José Duarte, eu penso que há um período que se aproxima e que é, sobremaneira, clarificador e esclarecedor neste processo, que é a discussão de investimentos para 2005 e das Orientações de Médio Prazo 2005/2007, permitirá, penso eu, salvo melhor opinião,

esclarecer cabalmente aquelas que são as questões concretas e aquela que é a pretensão em concreto do Governo Regional sobre esta matéria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Maria José Duarte.

(* **Deputada Maria José Duarte (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de informar que recebi hoje de manhã a tão esperada listagem, que veio assim, dentro de um envelope...

Deputado Rogério Veiros (PS): Como é que havia de vir?

A Oradora: ... mas o mais engraçado é que ela é datada do dia 11. A grande coincidência é que eu mandei o ofício da nossa delegação em Ponta Delgada e recebo a resposta na Horta.

Isto de listagem é só de nome, e gostaria de passar depois aos senhores para verem que tipo de listagem me enviaram, porque não há homogeneidade e só alguns é que têm data de fundação. Isto é uma autêntica pobreza.

Se é isto que pretendem divulgar para as pessoas realmente poderem consultar e terem a ideia de quem são os nossos agentes culturais, meu Deus, que tristeza!

Tenho dito.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

(* **Deputada Catarina Furtado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado José Manuel Bolieiro disse que as intervenções, quer a minha, quer a da Sra. Deputada Maria José Duarte foram importantes para chamar ao Parlamento a reflexão sobre a cultura.

Embora essa preocupação existisse nos outros governos, julgo que este tem uma preocupação mais acutilante em trazer a cultura ainda mais para o centro das preocupações e para a acção concreta, daí que agora é o momento oportuno.

Como o Sr. Secretário Regional da Presidência já disse, mais à frente teremos ainda oportunidade de debater em maior pormenor as acções concretas do Plano.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): E não perderemos essa oportunidade!

A Oradora: Relativamente às filarmónicas julgo que todas, à semelhança de todas as outras instituições culturais desta Região, têm fases de candidatura própria a projectos da Direcção Regional da Cultura.

Há que haver critérios rigorosos na atribuição de subsídios, na atribuição de dinheiros públicos às instituições culturais. A atribuição desses subsídios não pode ser atribuído sem critérios rigorosos, com base nos passados históricos dessas filarmónicas.

Nós sabemos, e falo por conhecimento de algumas do sítio onde moro, que às vezes as próprias filarmónicas têm grandes dificuldades de funcionamento interno do seu próprio associativismo e, portanto, é preciso que isto esteja resolvido para depois se poder financiar, porque são sempre valores bastante grandes.

Só espero é que a cultura seja um ponto de união e não de atirar listagens de um lado ao outro.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(* **Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Deputado Maria José Duarte.

Pelo que vejo a questão da listagem é fundamental naquilo que para si é a política cultural do Governo.

Deputada Maria José Duarte (PSD): Grande coincidência ao fim de quatro meses!

O Orador: Mas, já agora gostava de dizer à Sra. Deputada o seguinte:

A senhora recebeu a listagem e usou a forma como a recebeu para criticar o Governo Regional, muito bem.

Se a Sra. está tão preocupada com a forma de receber a listagem,...

Deputada Maria José Duarte (PSD): Forma e conteúdo!

O Orador: Se me deixar acabar...

... tem neste momento, passados 4 meses sobre a sua tomada de posse, a obrigação de saber que tem meios formais para exigir e para pedir ao Governo esse tipo de listagens.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Já utilizou!

O Orador: Portanto, se está tão preocupada com a forma como o recebeu, permita-me que lhe sugira que utilize os meios, nomeadamente os regimentais, que estão à sua disposição.

Eu não estou a falar da senhora pedir um esclarecimento ao Governo aqui em plenário e o governo remetê-la para um requerimento escrito, estou a falar da senhora ter resolvido utilizar um ofício quando tem mecanismos regimentais ao seu dispor, já que para si a forma sobreleva a substância, para receber a listagem e que aí seguirá o procedimento normal como recebem, efectivamente, todas as respostas do Governo a requerimentos.

Muito obrigado.

Deputada Maria José Duarte (PSD): Estou esclarecida. Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para saudar a Sra. Deputada Catarina no esforço que procurou fazer quanto à resposta. Penso que acertou no tom.

O que é preciso é fazer esse debate de cultura no Parlamento.

Na verdade, a Sra. Deputada não negou, e parece-me que esta é uma evidência, que há um registo de omissões graves na política do Governo quanto ao património imóvel que é preciso alertar, o que aliás ontem a Sra. Deputada Maria José Duarte fez, sinalizando com provas e dados concretos. Hoje é a Sra. Deputada que faz o apelo no sentido de incentivar, designadamente resolvendo problemas, que os há, das diversas manifestações culturais populares pelas nossas 9 ilhas, pelas nossas freguesias, uma delas que aqui quis destacar passa pelas filarmónicas da Região Autónoma dos Açores.

No entanto, pareceu-me que a Sra. Deputada se limitou, eventualmente com dificuldades de descortinar aqui uma oportunidade para sugerir uma alteração da política de apoios ao funcionamento das filarmónicas, sugerindo ao Governo alguma intervenção.

A verdade é que hoje as filarmónicas passam dificuldades,...

Deputado Paulo Messias (PS): Sempre passaram!

O Orador: ... quer quanto ao financiamento das suas actividades, quer quanto aos incentivos aos jovens executantes nas nossas filarmónicas.

Eu próprio, que sou Presidente da Assembleia Geral de uma das filarmónicas, sinto e pressinto diariamente esta dificuldade da sociedade de filarmónica de reunir e cativar a juventude para a sua participação como executantes.

Deputado Nuno Tomé (PS): Mas isso é um problema do PSD!

O Orador: Fica registado aqui este apelo ao Governo de estímulo e de incentivo ao bom funcionamento das filarmónicas, à sua sobrevivência e também à forma como cativar os jovens a serem executantes nessas filarmónicas.

É esta nota que eu queria deixar, registando que foi também esse o tom crítico e de alerta que a Sra. Deputada dirigiu o Governo, esperando que este possa tomar iniciativa.

Embora não tendo sugerido nenhuma proposta de alteração, fica pelo menos o alerta e com isso o mérito dessa intervenção.

Muito obrigado.

Deputado Pedro Gomes (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Não havendo mais inscritos para esclarecimentos, dou a palavra ao Sr. Deputado Pedro Gomes para uma intervenção.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

la dirigir-me também ao Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais que aqui não está, embora cá tenha estado ontem. Lamento que não esteja, porque vou falar sobre saúde e creio que o Sr. Secretário Regional, sendo novo no Governo Regional, pelos vistos adopta uma antiga prática que vem seguida pelo Sr. Presidente do Governo de não comparecer muito à Assembleia, assim não a respeitando. Lamento também esta prática.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Serviço Regional de Saúde atravessa hoje um dos seus maiores desafios: o da sua reorganização para sair da crise crónica na qual, dia a dia, vai agonizando, sem alívio de dor ou com tratamento paliativo à vista.

Apesar do aumento dos recursos financeiros colocados, ano após ano, à disposição do Serviço Regional de Saúde, ainda estamos longe duma política de saúde que responda eficazmente a um dos mais elementares direitos de cidadania: o direito à saúde e o direito a ser atendido numa unidade de saúde, com rapidez e eficiência, num tempo clinicamente aceitável.

Decorridos oito anos de governação do Partido Socialista, a pergunta que se impõe é a de saber se hoje temos melhor saúde e se temos a melhor saúde pelo preço que todos nós pagamos com o dinheiro dos nossos impostos.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Muito melhor.

O Orador: Veremos, Srs. Deputados da maioria.

O Serviço Regional de Saúde foi criado em 1980, seguindo um modelo tradicional: três hospitais e 16 Centros de Saúde. Hoje, todos os concelhos da região dispõem, pelo menos, de uma unidade de saúde, embora a maioria dos cuidados diferenciados seja prestada nos três Hospitais.

Vinte e quatro anos depois da sua consagração legal, o Serviço Regional de Saúde assenta ainda – e exclusivamente – no modelo de gestão pública administrativa da saúde.

É verdade que foi este modelo que ao longo destes anos permitiu importantes ganhos na área da saúde: a generalização do acesso dos cidadãos à saúde, o alargamento da rede de cobertura das unidades de saúde, a redução da taxa de mortalidade perinatal e de mortalidade infantil, a expansão da prestação de cuidados diferenciados na rede de saúde pública, para apenas referir os mais importantes.

Porém, apesar de ter permitido todos estes avanços – obra dos sucessivos Governos Regionais, de várias maiorias – torna-se cada vez mais evidente o esgotamento deste modelo, gerador de perdas de eficiência, de eficácia no atendimento dos utentes e causador duma desestruturação no funcionamento do próprio Serviço Regional de Saúde.

Qual é o resultado? Insatisfação generalizada dos utentes com a prestação de cuidados de saúde, em particular ao nível dos cuidados primários de saúde.

Em 1992 existiam na região 333 médicos. Em 2002, números oficiais, já eram 427 médicos. Porém, o número de médicos da carreira de clínica geral apenas aumentou de 114 médicos em 1992 para 117 em 2002. Três médicos apenas.

Já nos hospitais, no mesmo período de tempo, o número de médicos passou de 214 para 310.

Curiosamente, quer nos Centros de Saúde quer nos Hospitais, os funcionários administrativos duplicaram entre 1991 e 2001. Só para se ter uma ideia passaram, de 276 para 376, no mesmo período de tempo, nos Centros de Saúde e de 135 para 289 nos hospitais.

Nos Açores, a relação médico/doente é pior que a do continente. Enquanto que a média nacional aponta para um médico por cada 330 habitantes, a média regional confirma o que sempre se verificou, ou seja, um médico para cada 619 pacientes.

Acresce que a situação dos médicos de família não sofreu melhorias significativas. Infelizmente, muito pelo contrário.

Em 1997, cada médico de família atendia 1776 pacientes; em 2001, cada médico de família atendia 1656 doentes. Dir-me-ão, baixou. Mas não se iludam: a média baixou porque nem toda a população está coberta pelo médico de família. Quero lembrar aqui apenas o exemplo da maior cidade açoriana, Ponta Delgada, que tem cerca de 65 mil habitantes e apenas 33 mil estão inscritos no centro de saúde e cobertos por um médico de família. Mais ou menos metade.

A realidade diz-nos, ainda, que as consultas nos centros de saúde baixaram. Em 1995, os Centros de Saúde registaram 340.947 consultas; em 2001 realizaram apenas 260.952 consultas. Em contrapartida, os atendimentos urgentes nos centros de saúde dispararam: passámos de 182.900 atendimentos urgentes em 1995 para 243.800 em 2001. Os números falam por si.

Nos hospitais o número de consultas aumentou. Para além do aumento do número de consultas externas, aumentou, sobretudo, o número de consultas nas urgências dos hospitais e pelas piores razões: hoje, quem vive perto de um hospital prefere estar duas ou três horas no banco de urgência

e ser visto por um especialista do que ir a um centro de saúde para ser visto por um médico da carreira de clínica geral.

Este comportamento dos utentes só pode ser fruto do desinvestimento e degradação a que estas unidades de saúde têm sido sujeitas.

Deputados Alberto Pereira e Maria José Duarte (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Importa, por isso, inverter a marcha e, a curto prazo, desenvolver uma política que devolva e assegure a credibilidade necessária a estes clínicos e torne a especialidade de clínica geral numa especialidade atractiva.

O objectivo tem de passar necessariamente pelo reforço de clínicos nos Centros de Saúde de Ponta Delgada, Angra e Horta procedendo a um programa especial de contratação de médicos, procedendo à celebração de contratos de trabalho a termo, por um período não inferior a cinco anos, devendo estes contratos ser devidamente equacionados e com os seus termos bem definidos e precisos no seu contexto.

Por outro lado, importa avançar com um corajoso programa de combate às listas de espera, de modo a permitir que os utentes não esperem mais tempo por um atendimento para além do tempo clinicamente aceitável. Permitam-me que refira, neste particular, a contradição entre o discurso oficial e a realidade, a propósito do maior Hospital da Região – o Hospital do Divino Espírito Santo, em Ponta Delgada. O anterior Director Clínico, nomeado pelo anterior titular da pasta da Saúde, afirmou publicamente, por diversas vezes, que não existiam problemas com as listas de espera. A nova Directora Clínica, já nomeada pelo actual Secretário Regional dos Assuntos Sociais, na sua tomada de posse, assumiu que o combate às listas de espera era uma das suas prioridades.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Ziguezague!*

O Orador: Infelizmente, as contradições na política de saúde prosseguida pelos vários governos da responsabilidade do PS não se ficam por aqui.

Durante anos, os diversos Secretários ou Sub-Secretários da saúde, com particular destaque para o Dr. Francisco Coelho, agora líder parlamentar do PS, disseram que a inexistência do cartão de utente do Serviço Regional de Saúde se ficava a dever ao Governo da República. Porém, espantosamente, como por artes mágicas, o processo de aquisição do cartão de utente está em curso, por iniciativa do Governo Regional dos Açores.

Ao fim de vinte e quatro anos o Governo Regional descobriu que tinha andado a enganar os Açorianos!

Mas, mais: em 1999, esta Assembleia Legislativa aprovou uma alteração ao modelo de Serviço Regional de Saúde, por proposta do Governo do PS, criando as Unidades de Saúde de ilha.

Na altura, o PSD não inviabilizou esta alteração legislativa, de modo a permitir que o PS executasse a sua política para o sector.

No dia 11 de Fevereiro de 2005, o Governo Regional descobre que se enganou! O Secretário Regional dos Assuntos Sociais, de visita a São Jorge põe em causa o modelo de funcionamento das unidades saúde de ilha e cito “levanta-se a questão de saber se se deve ou não aplicar o que está regulamentado, se deve ser revisto, se deve ser repensado o tipo de cuidados a prestar”. Fim de citação.

Já de visita ao Pico, pouco tempo depois o mesmo Secretário Regional elogia a unidade de saúde desta ilha, enaltecendo os seus méritos.

Em que é que ficamos? A resposta é clara: o PS não sabe o que fazer com o Serviço Regional de Saúde.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Faltam-lhe as ideias e as propostas. Falta-lhe, sobretudo, um sentido reformador.

Já chega de má gestão, de indisciplina orçamental e dum mau serviço prestado aos utentes. Não podemos continuar a gerir os recursos humanos ao sabor das conveniências, sem rigor ou pudor.

Os sucessivos relatórios do Tribunal de Contas a propósito das contas ou dos desacertos das contas, se preferirem, de alguns Centros de Saúde mostram bem o estado calamitoso da gestão da saúde.

Nas Lajes do Pico, no Nordeste, na Povoação, na Calheta, nas Velas, na Horta ou em Vila do Porto, sucedem-se os atropelos à lei e duplica-se as horas extraordinárias, ultrapassando todos os limites legais ou sequer razoáveis e aceitáveis para justificar o funcionamento dos serviços. Na estrutura da despesa, 50% é dispendida com pessoal e 25% com subcontratos. As horas extraordinárias e as noites continuam a ter um valor muito expressivo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para se ter uma ideia, em 2001, das verbas dispendidas com pessoal, as horas extraordinárias cresceram 29% e as noites 18%. Ou seja, um quarto da despesa com pessoal é pago hoje em horas extraordinárias. De certo que concordarão comigo quando digo que é uma irracionalidade!

Deputado Nuno Amaral (PS): Fecha-se os Centros de Saúde.

(Risos da bancada do PS)

O Orador: Os Srs. Deputados riem-se, mas o problema subsiste. O problema é que os senhores não levam a sério o debate sobre as questões sérias que afectam os açorianos.

Em 2004, depois de um saneamento financeiro inédito na história da autonomia feito em 2001 pelo Governo do Eng^o Guterres que deixou praticamente a zero a dívida do Serviço Regional de Saúde, eis que a dívida ascende a 98, 5 milhões de euros. Repito, 98,5 milhões de euros.

Em quatro anos o Serviço Regional de Saúde endividou-se anualmente em mais de 20 milhões de euros por ano, não contanto com os valores do *factoring*.

A este ritmo nem um novo milagre da multiplicação das rosas ou a benevolência anunciada da nova amizade do Presidente do Governo Regional com o Eng^o José Sócrates poderá salvar tamanho descalabro.

Deputado Jorge Macedo (PSD): *Muito bem!*

O Orador: É caso para dizer que a dívida do Serviço Regional de saúde cresce a um ritmo só comparado à vertigem do Partido Socialista na mudança dos Secretários Regionais da tutela.

A instabilidade na pasta da Saúde gera uma crescente falta de autoridade política e de vontade de atacar os problemas de fundo do Serviço Regional de Saúde, sobretudo, porque cada novo Secretário – como o actual está a fazer – finge que começa de novo e é membro do Governo para aplicar aquilo a que designa pomposamente pela “sua política para o sector”.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo do Governo Regional:

Afirmar como afirma o Plano Regional de Saúde para 2004-2006, aliás, aprovado apressadamente em plena campanha eleitoral para as eleições legislativas de 17 de Outubro passado, ou o próprio programa de Governo de que os principais objectivos são a promoção de um sistema integrado de prestação de cuidados de saúde, o investimento na promoção da saúde e na prevenção da doença e a sensibilização do cidadãos para a responsabilidade que têm perante a sua saúde individual e perante o sistema é pouco, demasiado pouco, para se perceber que o PS tem alguma proposta concreta para ultrapassar o problema crónico do subfinanciamento do sector.

Atrevo-me, mesmo a afirmar que o PS apenas poderá conseguir gerir expectativas, adiando como adiou durante oito anos, uma solução mais consentânea com o estado deteriorado a que chegou este sector da governação.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

O Orador: A SAUDAÇOR, anunciada como a solução para o financiamento do Serviço Regional da Saúde, depois dos Governos socialistas terem experimentado o Instituto de Gestão Financeira da Saúde, que depois extinguiram, está longe de proporcionar uma clara separação entre o prestador de cuidados de saúde e o seu financiador.

A SAUDAÇOR é um instrumento de engenharia financeira que permitiu apenas a desorçamentação, possibilitando o embelezamento financeiro do orçamento da região.

A SAUDAÇOR não é uma empresa: é uma central de dívidas!

Oito anos depois, o PS não sabe para onde vai. Infelizmente, os cidadãos sabem que a Região não lhes presta os cuidados de saúde a que têm direito.

Termino como comecei: a saúde está doente na região porque o PS não é capaz de arranjar um tratamento adequado.

Merecíamos melhor, muito melhor!

Disse.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

(Pausa)

Estão inscritos o Sr. Secretário Regional da Presidência, a Sra. Deputada Fernanda Mendes e os Srs. Deputados Rogério Veiros, Mark Marques, José San-Bento, Clélio Meneses, Hernâni Jorge, Lizuarte Machado, Alvarino Pinheiro e Jaime Jorge.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em relação à intervenção do Sr. Deputado Pedro Gomes há fundamentalmente três aspectos sobre os quais eu gostaria de me pronunciar.

O primeiro tem a ver com o lamento, em tom de acusação, feito pelo Sr. Deputado Pedro Gomes sobre a não presença do Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais aqui no plenário, aproveitando para dar a ferroada de que efectivamente o Sr. Presidente do Governo também não estaria aqui.

Em relação a esta matéria eu gostava de dizer o seguinte:

Em primeiro lugar, o Sr. Presidente do Governo este cá e, em segundo, o Governo tem cumprido sempre a sua obrigação de estar presente no plenário, seja através dos Secretários Regionais respectivos, competentes em termos sectoriais, seja através do Secretário Regional da Presidência, no caso, que sou eu.

Mas, para tão grande preocupação, permita-me também que lhe diga: o Sr. Deputado esquece-se de algo que lhe retira muita da legitimidade para dirigir esse tipo de acusação, que é a curiosa situação do líder do seu partido que é deputado e enquanto deputado deveria estar aqui como é sua obrigação.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Está na Assembleia da República!

O Orador: O problema é que ele não sabe o que é que quer, ...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Sabe, mas quanto a isso não precisa estar preocupado!

O Orador: ... umas vezes quer a Assembleia Regional, outras vezes quer a Assembleia da República. É esta a curiosa situação do líder do seu partido.

O problema está aí, porque o líder do seu partido é deputado e enquanto deputado era sua obrigação estar aqui.

O primeiro problema está em termos de legitimidade numa acusação política que foi feita ao Governo Regional e é em relação a isso que eu estou a responder.

Portanto, a legitimidade e a credibilidade do Sr. Deputado Pedro Gomes para fazer este tipo de acusação, cai pela base quando é o líder do seu partido que tem o comportamento que toda a gente sabe em relação à presença nos plenários da Assembleia.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Está na Assembleia da República”

Deputado Jorge Macedo (PSD): Fraco argumento. Não cola!

Deputado Pedro Gomes (PSD): Esperava mais de si, Sr. Secretário.

O Orador: Eu também esperava mais de si, Sr. Deputado Pedro Gomes.

Em segundo lugar, aquilo que poderia ser, em relação a esta matéria, uma intervenção importante, uma intervenção que pela primeira vez demonstraria um esforço do Grupo Parlamentar do PSD de colaborar em termos de discussão daquilo que é o estado de saúde na nossa Região, peca pelo radicalismo das posições que o Sr. Deputado Pedro Gomes aqui assumiu.

Dois exemplos:

Primeiro, quem ouviu aquela intervenção, em termos de saúde está tudo mal. Esta é a linha de argumentação do PSD desde que perdeu as eleições em 1996, desde que as voltou a perder em

2000, desde que as voltou a perder em 2004, sempre com derrotas cada uma delas mais significativa que a anterior.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Conte as suas para trás.

O Orador: Está tudo mal. Esse é o radicalismo que faz perder também um contributo válido que esta intervenção poderia trazer para o debate.

Segundo, não é só o Sr. Deputado que é sério.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Afinal sou sério!

O Orador: Nós temos a ousadia de pensar que há mais gente séria aqui dentro a querer discutir os problemas da saúde. Não é só o Sr. Deputado que é sério. Há mais gente a querer discutir com seriedade esses assuntos.

Portanto, vir àquela tribuna acusar os outros, porque se riram em relação a um aparte, que estão com falta de seriedade, não me parece efectivamente correcto.

Em terceiro lugar, eu penso que era perfeitamente adaptável à intervenção do Sr. Deputado Pedro Gomes aquela que foi a crítica que o Sr. Deputado António Marinho, complementada também pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro,...

Presidente: Agradecia que concluísse, Sr. Secretário.

O Orador: Concluo já, Sr. Presidente.

... ontem dirigiram à intervenção do Sr. Vice-Presidente a propósito da Conta da Região. Como dizia o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, “com tanto número, a ideia e o objectivo era mesmo que ninguém percebesse quais eram os números”. Porquê? Porque efectivamente não convinha.

Por último e para concluir, quero deixar aqui, perante esta câmara, um compromisso de que, independentemente da presença do Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais, que teve que se ausentar do plenário por motivos de força maior, o Governo Regional está aqui como sempre esteve.

No que diz respeito à política de saúde, o Governo tem consciência das dificuldades que tem quotidianamente que ultrapassar, mas também tem consciência daquele que é um contributo fundamental para a saúde na nossa Região que é prestado pelo actual titular da pasta e por todos os titulares que passaram pela Secretaria Regional dos Assuntos Sociais.

Sr. Deputado Pedro Gomes, o que falha na sua intervenção é não ter a humildade de reconhecer que não é o único dono da verdade.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

(*) **Deputada Fernanda Mendes (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É um pouco difícil dar resposta à quantidade dispersa de informação e de questões colocadas nesta intervenção do Sr. Deputado Pedro Gomes.

De qualquer maneira vou tentar organizar e focar três questões.

Primeiro, pedia um esclarecimento.

Por que é que refere que o modelo do Serviço Regional de Saúde está esgotado?

Refere também o mesmo em relação ao modelo de gestão pública e fiquei na dúvida do que queria dizer. Queria dizer gestão pública? Serviço Público com SRS Público? Ou gestão das unidades de saúde?!

Se se queria referir à gestão das unidades de saúde, gostaria de colocar a seguinte questão: qual é, na opinião do PSD, o modelo ideal, adequado que possa salvaguardar ao mesmo tempo os interesses dos utentes e uma gestão eficiente?

No meu fraco entendimento existem diversos modelos, todos eles podem ser eficientes do ponto de vista da gestão económico-financeira, mas para isso tem que haver os instrumentos e tem que existir também pessoas sabedoras da área. Posto isto é possível ir melhorando cada vez mais a gestão das unidades de saúde.

Mais uma vez falo das unidades de saúde, mas eu tenho um modelo geral. O que é que está esgotado? Aonde se deve intervir?

A ideia com que eu fiquei foi que estaria esgotado o modelo, mas baseado em quê? Nos cuidados primários de saúde e nos cuidados diferenciados de saúde? É isto que quer dizer?

Então a aposta nos cuidados diferenciados é errónea? Ter aumentado o número de médicos à custa dos médicos hospitalares, tem ou não tem o mérito de ter trazido especialidades que antes a Região não tinha e que todos desejavam que passasse a ter?

É verdade, não nego, que tem sido extremamente difícil e é difícil para nós e também para as regiões do interior de Portugal Continental conseguir trazer mais médicos de família, porque eles não existem e não existem por políticas erradas dos Governos da República em que colocam sempre em concurso maior números de vagas do que candidatos, em que estes escolhem as especialidades hospitalares e contra isso nós não podemos fazer nada, porque não temos a capacidade legislativa para actuar.

Eu teria mais questões a pôr, mas porque esgotei o meu tempo fica para uma segunda intervenção. Muito obrigada.

Deputado Nuno Amaral (PS): É melhor, senão ele ainda fica mais doente e depois tem que recorrer aos serviços.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Eu vou às urgências e conheço o Serviço Regional de Saúde!

Presidente: Muito obrigado pelo seu cuidado na gestão do seu tempo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

(* **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Após a intervenção feita pelo colega da bancada do PSD eu gostaria de prestar aqui alguns esclarecimentos e fazer algumas observações à sua intervenção.

Relativamente ao número de médicos eu penso que a questão foi afluída, mas por falta de tempo talvez não tenha sido bem vincada por parte do Sr. Secretário.

O PSD ontem tinha um discurso, o discurso de que nós estávamos a aumentar os custos com pessoal e nós provamo-lo que esse aumento tem maior significado nas áreas da educação e da saúde. Apresentamos as percentagens e hoje o PSD mudando de discurso, vem com o discurso de preocupado, porque nós não temos o número de médicos suficientes.

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): *Muito bem!*

O Orador: Quero aqui dizer-lhe que na área da saúde o número de concursos que são abertos anualmente para preencher os quadros, dotando-os de melhores especialistas, de mais médicos e de mais pessoal de enfermagem, é aquilo que se pode fazer e muitas das vezes não aumenta, porque não existe disponibilidade no mercado, pelas razões que a Sra. Deputada Fernanda Mendes já salientou.

Gostaria ainda de vos dizer que nós procuramos médicos para a saúde, ao contrário dos senhores que queriam alterar a lei para diminuir o número de utentes por médico de família para conseguirem melhorar as estatísticas. Isso é que é mau para a saúde dos açorianos.

Relativamente às questões que aqui foram afluídas sobre o Tribunal de Contas, eu queria, em primeira lugar, dizer que os relatórios do Tribunal de Contas das Unidades de Saúde da Região têm, sinceramente, alguns pontos que são negativos, que têm que ser corrigidos e melhorados e alguns têm a ver com as estruturas.

Também vos queria dizer que os nossos relatórios de contas dos Conselhos de Administração das Unidades de Saúde da Região não são nada comparáveis com os relatórios de contas do Tribunal de Contas da vossa gestão autárquica em muitos municípios desta Região.

Sr. Deputado, quando o senhor fala de investimento na área da saúde, eu gostaria de o alertar para visitar e ver aquilo que nós tínhamos na Praia da Vitória, na Povoação e em muitos outros dos nossos Concelhos e os investimentos que estão a ser feito na melhoria das unidades de saúde e, sobretudo, nos centros de saúde da Região. Em outros centros de saúde, que não foram construídos de raiz, o investimento tem sido continuado, enorme e elevado.

Se o problema do PSD, em S. Jorge, é não ter a Unidade de Saúde de Ilha, fiquem descansados que a vão ter. Agora, mantenham esse discurso e mantenham o discurso de que o regulamento, aprovado em sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, deve ser cumprido e deve ser tido em conta na sua execução, mas na altura da sua execução não mudem mais uma vez de opinião, porque isso é normal conforme vos convém.

Voices da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: No que diz respeito às questões do Cartão de Utente, gostaria de aqui dizer que o investimento que está a ser feito de informatização do Serviço Regional de Saúde, como na implementação do Cartão de Utente, é um investimento feito com seriedade e com credibilidade, ao contrário do que foi feito no tempo do Dr. Costa Neves em que se comprou milhares de contos em computadores, que ainda hoje estão engavetados e arquivados nos armazéns dos Centros de Saúde e não foi dada continuidade a esse trabalho por parte dos Secretários subsequentes do próprio PSD, quando se gastou imenso dinheiro dos nossos contribuintes.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: No que diz respeito à SAUDAÇOR devo dizer que esta sociedade foi constituída no ano anterior, está a ser implementada e quando os senhores verificarem o trabalho que está a ser feito de melhor gestão dos recursos da saúde por parte da SAUDAÇOR, de diminuição de alguns custos e custos financeiros que nós temos e temos que os assumir e os tratar. Não é só falar deles, falar, falar, falar, é preciso fazer alguma coisa e a SAUDAÇOR está a fazer nesse âmbito e os senhores vão ter a oportunidade de ver a aplicação do seu trabalho.

Presidente: Agradecia que concluísse, Sr. Deputado.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Relativamente ao facto do Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais não estar hoje aqui, eu queria vos dizer que os médicos que tomam posse e fogem do Parlamento não são os socialistas nem os membros do nosso Governo.

Obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

(*) **Deputado Mark Marques (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Acabámos de assistir a um auto elogio e defesa pessoal do então gestor do Centro de Saúde da Calheta, comparando com a gestão autárquica.

Eu já percebi que ficou ferido na sequência da intervenção do Deputado Pedro Gomes.

Eu queria participar neste debate, não sobre isto, porque eu não perco tempo com assuntos de “lana caprina”, mas sobre o tema que está em discussão.

Deputado Paulo Messias (PS): Já perdeu.

O Orador: A questão da Unidade de Saúde de Ilha é muito mais importante do que, se calhar, alguns lhe parecem, mas eu acho que não é a grande questão da saúde no Pico nem em S. Jorge.

Penso que o Sr. Deputado Rogério Veiros se precipitou quando há pouco disse que se o grande problema do PSD é a implementação da Unidade de Saúde de Ilha, fiquem descansados que a vão ter, porque o Sr. Secretário diz que ainda vai pensar, que vai rever...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Ele não disse nada disso. Não é verdade.

O Orador: Disse, eu ouvi, está escrito e o Sr. Deputado sabe disso.

Eu, na altura, na comunicação social felicitei a posição do Sr. Secretário em rever isso, porque, de facto, assistimos no ano passado, na campanha eleitoral, a cartazes como este colocados em S. Jorge, que diziam que havia mais médicos, quando o senhor sabe que em S. Jorge o que tem acontecido é precisamente ao contrário.

Recebemos panfletos que eu então intitulei de “panfletos da agonia” enviados pelo então Secretário, agora Deputado Francisco Coelho, na sequência da sua visita à Ilha do Pico com o título “Melhor gestão, mais saúde” e até prometia um médico especialista em pediatria. Já passaram dois anos e não sei se tem, se não tem.

Deputado Francisco Coelho (PS): Vai ter!

O Orador: Depois dizia que iam ter melhor gestão com a passagem do quadro dirigente de 6 para 8.

Sabe que o que me preocupa e o que preocupa os jorgenses não são essas lutas de gabinetes de quem é que é o Presidente do Conselho de Administração da Unidade de Saúde de Ilha ou não, o que nos preocupa efectivamente é a prestação dos cuidados de saúde e isso não tem acontecido.

Eu tenho que desiludir aqui o Sr. Deputado Hernâni Jorge, colega do Sr. Deputado Rogério Veiros, que na altura da discussão desta questão, em 15 de Outubro de 2002 - em relação à Unidade de Saúde de Ilha do Pico não sei se isto aconteceu, mas se tivesse acontecido já estaria implementado em S. Jorge - com aquela veemência que todos nós lhe reconhecemos, referindo-se a mim dizia: Sr. Deputado, a Unidade de Saúde de Ilha que hoje nós temos trará certamente mais médicos disponíveis, poderá ter mais valências nas ilhas como o Pico e S. Jorge e trará, de certeza absoluta, não tenho a menor dúvida, melhores cuidados de saúde para estas ilhas.

Se efectivamente isso aconteceu no Pico, por que é que, passados dois anos, não implementaram isso em S. Jorge?

Uns são filhos e outros são enteados!

Fico-me por aqui.

Deputada Maria José Duarte (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Sr. Deputado Pedro Gomes, o senhor corre o risco de ficar conhecido aqui nesta casa como o “deputado apocalíptico” tais são as suas intervenções sempre com um registo inacreditável para um partido com as responsabilidades do PSD.

O senhor fez hoje aqui a caracterização do Sistema Regional de Saúde que colocou o PSD no campo do extremismo político.

Nós não negamos que o Sistema Regional de Saúde tem vários problemas. É verdade que tem problemas e a Sra. Deputada Fernanda Mendes já falou nestas questões, referindo-se a vários aspectos técnicos. É bom que se lembre que ainda ontem nós falamos nisso aqui.

Quando se fala de saúde nos Açores, temos que falar de mais 30% de médicos e de mais 31% de enfermeiros e o que isto representa em termos de melhoria efectiva da saúde nos Açores e também, como é evidente, o que isto representa em termos de mais custos para a saúde.

Mas, Sr. Deputado, há um terreno que o senhor não podia ter pisado e pisou.

O senhor teve a coragem de falar em termos de financiamento e sub-financiamento do Sistema Regional de Saúde e eu gostava de lhe dizer duas coisas sobre isso.

Primeiro não lhe reconheço qualquer legitimidade para falar neste aspecto e por duas razões. O senhor faz parte de um partido que teve ainda há muito pouco tempo responsabilidades na República e que no ano passado na exploração da saúde deixou um deficit de 1.500 milhões de euros.

A coligação de direita preparou um orçamento de 5.500 milhões de euros e as contas efectivas foram de 7 mil milhões de euros.

Portanto, quando o senhor fala aqui de sub-financiamento, o senhor tem que ver qual foi o exemplo e quais as soluções que os senhores apresentavam.

Por último, e para terminar, a segunda razão é muito simples: há aqui um documento, e já percebi que o senhor não conhece, que tem a data de Março de 2003, que tem 140 páginas e que lhe posso facultar com muito gosto.

Deputado Pedro Gomes (PSD): É o relatório da Comissão.

O Orador: Exactamente!

Deputado Pedro Gomes (PSD): Eu já o li. Quem não o leu foi o senhor!

O Orador: Eu li.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não parece.

O Orador: O senhor sabe quantas propostas e sugestões o PSD apresentou? Zero.

Este documento que era especificamente para tratar da saúde e para estudar o financiamento do sistema, recebeu do PSD zero propostas para o financiamento da saúde nos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputado, Sra. e Srs. Membros do Governo.

O Sr. Deputado Pedro Gomes trouxe aqui uma intervenção tão importantíssima que deve ser analisada com a seriedade e serenidade que merece. É, no fundo, a principal preocupação dos cidadãos açorianos.

Em qualquer análise sociológica que se faça sente-se que a saúde é a principal preocupação dos cidadãos açorianos. É por isso, não com surpresa e estranheza, mas com lamento que sinto que da parte do Grupo Parlamentar do PS, sobre esta matéria, a resposta tenha sido o ataque, ataque ao passado da pré-história, esquecendo-se que também já têm história, têm história de 8 anos de governação. Os senhores já estão no governo há 8 anos.

Fazem ataques ao Governo da República num exercício de alguma dificuldade de localização no tempo e no espaço, querendo fazer transpor esta Assembleia ou para há muitos anos atrás ou para territórios que não são os Açores.

Estamos, quer os senhores queriam, quer não, porque é verdade, nos Açores, em 2004, perante o vosso Governo e estamos aqui a analisar...

Deputado Paulo Messias (PS): Em 2005.

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): Nem sabe onde é que está.

(Aplausos da bancada do PS)

O Orador: Obrigado pelos aplausos.

... a acção do Governo Regional, eleito em 2004, era isto que queria dizer, e não a analisar os governos do passado nem governos de outros territórios. É preciso que isto fique bem claro.

Devo dizer também que se o PS resumiu a sua actuação a ataques aos outros, o Governo, infelizmente, fez três ataques e sobre saúde não disse nada.

Sobre um assunto tão importante que o Deputado Pedro Gomes trouxe, com seriedade a esta casa, os deputados eleitos pelo Partido Socialista dos Açores limitaram-se a fazer ataques e da parte do Governo sobre saúde nem uma palavra.

Deputado Nuno Tomé (PS): Vocês são as vítimas!

O Orador: Sobre a questão do Cartão de Utente, assunto importantíssimo que também foi aqui trazido, não recebeu também a resposta que esperávamos.

O que se assistiu durante os últimos anos foi, da parte do Governo Regional e do Partido Socialista, justificarem a falta de acesso dos açorianos ao Serviço Nacional de Saúde por culpa do Governo da República. Foi esse o discurso dito e redito tantas e tantas vezes.

Estranhamente o actual titular da pasta da saúde, pouco tempo depois de tomar posse em 2004, dizia que com o Cartão de Utente, que a Região vai implementar, os açorianos vão ter acesso ao Serviço Nacional de Saúde. Então está nas mãos da Região e o discurso que foi feito durante todo este tempo não era um discurso verdadeiro e rigoroso.

No entanto, perante esse discurso de que está tudo bem, perante o discurso do ataque, permitam-me que refira uma realidade, algo que se passou há bem pouco tempo nos Açores, na Ilha Terceira. É uma situação que revela parte daquilo que era a intervenção do Deputado Pedro Gomes, de preocupação e de alerta para a descoordenação, a contradição da política do Serviço Regional de Saúde nos Açores.

A 28 de Fevereiro e 1 de Março no Hospital de Angra do Heroísmo foi afixado um anúncio que restringia o acesso aos cuidados de saúde do hospital aos utentes com residência na Praia da Vitória.

Na sequência desse anúncio foi colocado um funcionário administrativo a fazer, imagine-se, a triagem de saúde das pessoas que ali chegassem, independentemente de necessitarem de cuidados de saúde primários ou diferenciados, mas apenas com base no critério administrativo da residência.

Presidente: Agradecia que concluísse, Sr. Deputado.

O Orador: Terminei já, Sr. Presidente.

Perante a situação, o Grupo Parlamentar do PSD, no próprio dia 1 de Março, fez um requerimento solicitando esclarecimentos.

Curiosamente no dia 2 de Março a Secretaria Regional da Saúde emite um comunicado dizendo que está tudo bem, que não há qualquer discriminação, que está tudo certo.

Acabo com uma pérola da escrita oficial que diz assim: “Constitui aos diversos utentes cuidarem da própria saúde”. Isto está escrito.

Isto foi no dia 2 de Março, mas no dia 4 de Março o Secretário Regional dos Assuntos Sociais, que disse que estava tudo bem, vem dizer que afinal está de novo assegurado o acesso aos utentes da Praia da Vitória. Afinal estava mal e agora é que está bem.

Perante estas contradições, perante estes ziguezagues, é importante que se diga que quem exerce funções públicas não deve agir com contradições. Isto ainda é mais grave quando estamos perante um sector tão importante como a saúde, um sector que nos tempos que correm exige-se que haja melhor acesso, que haja a generalização aos cuidados de saúde.

Da parte do PSD, independentemente das vossas vontades, o que devo dizer é que vamos continuar a fiscalizar a acção do Governo, vamos denunciar as verdades sempre e sempre no sentido de também assim contribuirmos para melhores condições de vida dos açorianos.

Deputados Pedro Gomes e Maria José Duarte (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Pedro Gomes, se há coisa de que o não podemos acusar, com a sua intervenção, é de não ter falado.

O Sr. Deputado efectivamente falou, falou, falou e só em notas e tópicos enchi uma página A4.

O Sr. Deputado falou, mas não disse tudo; e porque não disse tudo, daí ter-me inscrito para este esclarecimento.

Certamente por lapso, o Sr. Deputado esqueceu-se de citar os relatórios do Tribunal de Contas relativos a Centros de Saúde dirigidos por seus companheiros de partido.

Sr. Deputado, também porque não falou dos aspectos positivos que a política regional de saúde tem evidenciado ao longo destes últimos anos, quero confessar e manifestar aqui - o Deputado Mark Marques teve oportunidade de trazer aqui uma citação de alguns anos atrás - que sou um adepto do modelo plasmado na Estatuto do Serviço Regional de Saúde, conforme a alteração de 99, e testemunhar o impacto positivo que este tem tido relativamente à Ilha do Pico.

Na altura prognosticávamos isso, hoje esses aspectos podem constatar-se no dia-a-dia dos utentes na Ilha do Pico.

Radiologia - não existem listas de espera na Ilha do Pico.

Pediatria - está implantada a consulta de pediatria na ilha do Pico.

Oftalmologia - a lista de espera passou de 4 anos para menos de 6 meses.

Com um Conselho de Administração e com uma Unidade de Saúde que tem menos de um ano de actividade, já é muito e são apenas alguns exemplos.

Também devido à competência e à visão de futuro desse Conselho de Administração já está previsto no plano anual, que discutiremos dentro de dias nesta casa, a construção do novo Centro de Saúde da Madalena. Em pouco mais de um ano já se avançou também para isso.

Falou em falta de médicos, referiu alguns centros de saúde, mas esqueceu-se de outros. Esqueceu-se de referir, por exemplo, que o desequilíbrio e a falta de médicos que hoje se sente no Centro de Saúde da Madalena e o desequilíbrio de médicos que existe entre os três Centros de Saúde do Pico a que é que se terá ficado a dever? Convido-o a investigar e a averiguar e chegará à conclusão porque é que a Madalena neste momento tem três médicos quando outros centros de saúde têm quatro.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Porquê?

O Orador: Investigue, tire as suas conclusões e verá que algum companheiro seu era director desse centro de saúde.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(* **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A minha participação nesta discussão é apenas para esclarecer duas questões muito concretas, uma que tem a ver com o acesso dos utentes da Região do Serviço Regional de Saúde ao Serviço Nacional de Saúde e esclarecer que isso não tem nada a ver com a falta de Cartão de Utente.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O Sr. Secretário Regional é que disse. Fale com ele!

O Orador: É errado dizer-se que isso tem alguma coisa a ver com a falta do Cartão de Utente. Não tem nada a ver. Isso tem a ver com a falta de legislação ou de um protocolo que regulamente as relações entre o serviço Regional de Saúde e do Serviço Nacional de Saúde. Aliás, esse protocolo foi proposto pela Região Autónoma dos Açores ao Governo do então Primeiro-Ministro Durão Barroso e até hoje ainda não teve resposta.

Uma outra questão tem a ver com os relatórios do Tribunal de Contas, e penso que nesta Legislatura é a segunda vez que o Sr. Deputado fala sobre esta questão. Já uma vez tivemos oportunidade de discutir isso aqui, mas apenas quero lembrar-lhe o seguinte:

Deputado Pedro Gomes (PSD): A quem lhe mandei uma cópia do relatório.

O Orador: Exactamente, partindo do pressuposto que eu não o conhecia. Santa ignorância!

O Tribunal de Contas confunde uma coisa que V. Exa. também confunde que é confundir o regime...

(Vozes inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: O que é que eu disse mal?

Deputado Mark Marques (PSD): Continue. Nós estamos apenas entusiasmados.

O Orador: Eu repito: o Tribunal de Contas confunde uma coisa que V. Exa. intencionalmente também confundiu que é o regime de horas extraordinárias com o regime de prevenção que é específico para o Serviço Regional de Saúde. São coisas completamente diferentes.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Um centro de saúde não é uma unidade de produção. Um centro de saúde presta cuidados que são fundamentais para as populações e não pode fechar a porta às 5 horas da tarde.

Portanto, não se pode confundir o regime de horas extraordinárias com o regime de prevenção e por isso mesmo o Tribunal de Contas fez as observações que fez, confundindo estes dois princípios, tal como também o Sr. Deputado, intencionalmente, os confundiu. Essa confusão está errada e não pode nem deve ser feita.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

(* **Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Todos já perceberam os motivos que nos levam a inscrever nestas situações.

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): É para não ficar atrás!

O Orador: Não é para não ficar atrás. É o Regimento que o impõe.

De facto, eu não teria muita coisa para dizer não fosse o tom que caracterizou essa última intervenção do debate.

Julgo que o subconsciente acaba por vir ao de cima no quente dessa polémica e acho que devíamos reflectir em relação a algumas das coisas que foram aqui ditas.

Eu estava muito atento, tentando ser o mais imparcial possível, e fiquei com a ideia clara de que os médicos do PS são melhores do que os médicos do PSD. Isto foi uma coisa que saiu claríssima do debate e da intervenção sempre acalorada do ilustre colega Deputado Hernâni Jorge que a determinada altura dizia que o director desse centro de saúde era colega ali do Sr. Deputado, o que realmente coloca as populações desse concelho num estado de discriminação grave perante o resto dos Açores, que são vítimas da incapacidade e duma situação anómala dum responsável gestor que é desgraçadamente colega do orador do Partido Social Democrata.

Deputado Hernâni Jorge (PS): É a direcção do centro de saúde.

O Orador: Dá a ideia que os outros gestores são todos médicos do Partido Socialista.

Eu fico triste! E do CDS não haverá nenhum que o amigo conheça, nem gestor, nem médico, nem sequer um enfermeirozinho ou uma simpática funcionária auxiliar?!

Ora bem, é esse espírito que é dito com toda a sinceridade e eu não duvido do Sr. Deputado, porque acho que foi excessivamente sincero e é essa excessiva sinceramente que nos coloca aqui perante essa realidade.

O desafio foi feito aqui, quer pela intervenção inicial, quer a do Sr. Secretário Regional da Presidência e muitas outras com contributos, julgo eu, sempre muito válidos, aliás, ao contrário do que é costume o Sr. Deputado José San-Bento acho que desta vez deu um contributo muito simpático, porque chamou a atenção desta Assembleia para o relatório duma comissão feita no âmbito deste Parlamento, que teve o empenho do Governo Regional, que foi muito discutido e que, infelizmente, parece-me que não foi ainda aproveitado devidamente pela Administração Regional. Há muito que aproveitar desse trabalho, que foi importante, caso as pessoas mantenham os princípios que na altura disseram, porque também da parte do Governo tem-se gerado muita confusão nesse domínio, nomeadamente quando o Sr. Presidente do Governo, logo na altura que saiu esse relatório, que muito bem foi aqui lembrado, traçou uma grande orientação para o Serviço Regional de Saúde, no sentido de que os ricos é que efectivamente tinham que pagar o funcionamento do Sistema Regional de Saúde ou pelo menos a sua parte, mas, infelizmente, o Presidente do Governo não manteve essa orientação.

Vamos ver agora, com o novo Governo da República, que linhas é que irão ser adoptadas.

Uma coisa é certa: durante estes anos, e isso foi muito bem salientado pelo colega Deputado Pedro Gomes, na área específica da saúde é comumente reconhecido que a administração socialista foi efectivamente duma ineficiência...

Presidente: Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, o seu tempo terminou.

O Orador: Terminou já, Sr. Presidente.

Dizia eu que é comprovadamente, com a benevolência do Sr. Presidente, uma das áreas tipicamente consideradas de fracasso da administração socialista, tendo até presente as alterações que ao longo de 8 anos foram feitas, não só nos titulares como nas próprias políticas que estavam subjacentes.

Portanto, julgo que a nossa expectativa e a nossa esperança é que este novo Governo consiga, e da nossa parte terá toda a nossa modesta colaboração, uma orientação com êxito para o sector da saúde, tendo presente a complexidade e da dificuldade que é específica da Região e também, não duvidamos, no quadro nacional.

Que o PS mude de postura nesse domínio, é uma exigência.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Jorge.

Deputado Jaime Jorge (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O Sr. Deputado Hernâni Jorge há pouco na sua intervenção enalteceu aqui as virtudes da Unidade de Saúde de Ilha, dizendo que, nomeadamente no Pico, tinha atingido os níveis de racionalização e de satisfação dos utentes até então nunca vistos. Mas a seguir fala dum aspecto que para mim é, de facto, uma contradição com esta afirmação, quando diz que todos nós sabemos por que é que nos Centros de Saúde de S. Roque e das Lajes existem 4 médicos em cada um destes centros para o atendimento de um número muito inferior de utentes ao do Centro de Saúde da Madalena que tem 3 médicos para um atendimento muito superior de utentes.

O Sr. Deputado deixa aqui veladamente no ar a ideia de que a culpa terá sido de gestores do PSD e eu gostaria de fazer a seguinte pergunta: será que as medidas anteriores tomadas pelos gestores do PSD nestes Centros de Saúde têm um carácter de irreversibilidade...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Têm!

O Orador: ... que não podem ser desmontadas nesta altura em que o PS é Governo?

O que se ouve na rua por parte dos utentes deste Centro de Saúde é que as consultas familiares estão, nalguns casos, um ano atrasadas,...

Deputada Mariana Matos (PS): Isso é mentira.

O Orador: ... que não existe termo comparativo com os Centros de Saúde das Lajes e de S. Roque e que, pervertendo todo o sistema, passam estas consultas de atendimento familiar para as urgências.

Portanto, isto também denuncia que a racionalização tão apregoada não foi cabalmente atingida.

Eu gostaria de deixar aqui uma nota final ao Deputado Rogério Veiros.

Acho que o senhor fez uma acusação velada às autarquias e eu, também na qualidade de autarca, tenho que assumir um pouco a defesa das mesmas.

As autarquias vêm referenciadas nos relatórios do Tribunal de Contas, é verdade, como vêm tantos organismo e tantas instituições estatais, mas penso que as autarquias têm um fórum próprio de as julgar e de as aconselhar que são as Assembleias Municipais e, portanto, este não é o fórum...

Deputado Mark Marques (PSD): Ele é vereador. Enganou-se!

O Orador: ... oportuno e natural de julgamento destas autarquias.

Muito obrigado.

Deputado Mark Marques (PSD): Ele é vereador. Pensou que estava na Assembleia Municipal!

Presidente: Informo que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro já não tem tempo.

Presidente: Tem a palavra a Srs. Deputada Fernanda Mendes.

(*) **Deputada Fernanda Mendes (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É pena, porque eu tinha umas questões para colocar directamente ao Sr. Deputado, mas de qualquer forma, como a volta já foi grande, há várias questões e algumas eu gostaria de focar nesta minha intervenção.

Indo de encontro ao Sr. Deputado Alvarino, que está ausente, quero colocar duas questões muito importantes:

Primeira questão, não foi dito nem feito nenhum juízo de valor por este Grupo Parlamentar sobre os médicos do grupo A ou do grupo B e gostaria que isto ficasse muito claro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Corrija o seu colega!

A Oradora: Do ponto de vista do exercício médico não foi feito nenhum juízo de valor. O juízo de valor que foi feito aqui foi sobre o ponto de vista de gestor, independentemente de ser ou não ser médico, neste caso seria médico, é muito diferente de se fazerem juízos de valor sobre a acção do médico, sendo ele duma determinada facção, ideologia ou seja do que for e eu gostaria que isto ficasse muito claro.

Segunda questão, a questão das políticas serem absolutamente diferentes na área da saúde ao longo destes 8 anos.

Se se tiver o cuidado de ler as intervenções que foram feitas e que estão transcritas nos diários das sessões, vão ver que do ponto de vista das medidas estruturantes do Serviço Regional de Saúde, nomeadamente no que diz respeito às áreas da gestão, informatização, telemedicina e Cartão de Utente, há uma continuidade.

Outra questão que eu gostaria de falar, infelizmente, porque acho que é muito importante, não só porque às vezes “são maiores as vozes do que as nozes”, assim dizem certos ditos populares, é sobre a medida e o aviso que esteve afixado no Hospital do Santo Espírito de Angra do Heroísmo e que dizia o seguinte: “O Conselho de Administração do Hospital informa que só se aceitam inscrições no atendimento permanente de utentes”.

O que importa é chamar a atenção, e por isso é que eu dizia, que quando surgem vozes e surgem mal entendidos em cima duma medida que é correcta, mais vale retroceder e fazer as coisas de outra forma.

Mas, o que eu queria dizer, e vou falar em números, é o seguinte:

O que aquilo significava é que Serviço de Atendimento Permanente ou Urgência, SAP ou SAL, são as urgências dos centros de saúde.

Uma coisa é dizer que cada utente dum dado concelho, para as coisas normais, banais deve recorrer ao seu Serviço de Atendimento Permanente e outra coisa é dizer que um hospital que tem uma área de influência para além da sua ilha não receba as urgências que ele tem obrigação de receber.

Houve um mal entendido e de tal forma que o hospital continuou a fazer as urgência e a atender pacientes do Concelho da Praia da Vitória e eu vou dizer os números:

Entre a fixação deste papel e o esclarecimento da situação, que foi de 1 a 4 de Março, fizeram-se 606 atendimentos no hospital de Angra do Heroísmo e lembro que o Serviço de Atendimento Permanente do Centro de Saúde de Angra funciona dentro das instalações do hospital e por isso mesmo houve esse mal entendido, porque se referia àquela prática de urgência e não ao hospital em si.

Mas, continuando, dos 606 atendimentos urgentes efectuados no Hospital de Angra, nesse período, 56 eram da Praia da Vitória, o que quer dizer que foram 17 por dia. Antes havia 40 por dia, o que significa que as urgências hospitalares dos dois concelhos da ilha foram atendidas.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Como é que pode ser isso?

Presidente: Sra. Deputada, agradecia que concluísse.

A Oradora: Os números dizem-no, porque senão não teria atendimentos do Concelho da Praia da Vitória nesses dias.

Deputado Clélio Meneses (PSD): E o testemunho das pessoas que se dirigiram ao serviço de urgência?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) **Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de começar por uma questão que foi colocada e salientada pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro e que tem a ver com a importância deste debate e com a importância do relatório que foi aqui trazido pela intervenção do Sr. Deputado José San-Bento.

O único problema nessas coisas, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, é a dificuldade que existe em perceber a situação de na Comissão não se apresentar propostas, não se debater e não se dar um contributo efectivo para aquilo que está em discussão e depois fazem-se intervenções, e esta não é a primeira, em que se diz que tudo está mal, quando se teve a oportunidade de participar.

Portanto, não está em causa o direito do PSD fazer esse tipo de intervenções, o que está em causa fundamentalmente é uma questão de coerência política, pelo menos na minha perspectiva, em relação ao tratamento desta matéria.

Em segundo lugar, eu gostava de, em relação à intervenção do Sr. Deputado Clélio Meneses, e que já foi esclarecida pela Sra. Deputada Fernanda Mendes, dizer o seguinte:

Quando se quer ajuizar a conduta política de um Secretário Regional, na minha opinião, há que atender àquilo que efectivamente foi a conduta do Secretário Regional dos Assuntos Sociais, do ponto de vista daquilo que lhe é directamente assacável e aquilo que lhe é directamente assacável, aquilo que é a conduta, é que numa matéria em que existiu uma situação que não correspondia em última instância na forma concreta que assumiu ao entendimento que ele tinha, ele teve uma atitude imediata, exercendo aquelas que são as competências e os poderes que tem, resolvendo em definitivo uma situação que urgia corrigir e que foi corrigida pelo Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Então estava mal?

Deputada Fernanda Mendes (PS): Estava a ser mal interpretado.

O Orador: O Sr. Deputado está a perguntar-me se estava bem ou se estava mal? Qual é a sua opinião?

Deputado Clélio Meneses (PSD): Está bem ou está mal?

O Orador: Ora bem, aí está uma boa pergunta.

A decisão do Sr. Secretário Regional foi ou não foi correcta?

A opinião do PP nós já conhecemos. Elogiou publicamente a posição e a tomada de decisão do Governo.

Deputado Rui Meneses (PSD): E o apoio que foi dado antes?

O Orador: Foi ou não foi bem decidido?

Se os senhores quiserem entrar nesse caminho do comunicado que sai, do comunicado que não sai...

Deputado Clélio Meneses (PSD): De onde é que são estes carimbos?

O Orador: Foi o senhor que trouxe para aqui os dois comunicados.

Agora, o que releva e o que me parece importante, em última instância, é que existiu uma situação em relação à qual era necessário uma tomada de posição do Governo Regional, nomeadamente do

Secretário Regional dos Assuntos Sociais e ele tomou essa posição e resolveu aquilo que urgia resolver.

Portanto, parece-me que é isso que releva do ponto de vista de leitura política daquilo que é o comportamento do Governo que foi resolver um problema que tinha que resolver, exercendo os poderes que tem para esse efeito.

Parece-me que é só isso e não a questão de contradição para cima, de contradição para baixo, ou de um ou outro comunicado que saiu.

Sr. Deputado Clélio Meneses, por esse caminho eu não vou.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Eu sei que o senhor não vai.

O Orador: Por último, aquilo que interessa relevar nesta matéria, na perspectiva do Governo, é que a situação está resolvida.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

(*)Deputado Rogério Veiros (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Só alguns esclarecimentos.

Relativamente ao facto de eu ter enumerado alguns relatórios do Tribunal de Contas, peço imensa desculpa se ofendi a gestão de alguns autarcas. Não era essa a minha intenção.

O que foi trazido aqui foram os relatórios de um determinado órgão que eu também os referi.

Relativamente a outras questões que há aqui que esclarecer e que têm a ver com o Cartão de Utente, a inexistência de protocolos e a insistência em não responder e assinar esses protocolos, essa é uma situação que a determinada altura implicou uma aceleração do processo, porque os próprios utentes e os próprios açorianos sentiam-se, no Serviço Regional de Saúde, como açorianos de 2ª. Essa é que é a questão.

E por não haver a realização de protocolos entre os famosos hospitais SA, que tudo queriam facturar e por ser açoriano devia-se facturar ainda mais, é que nós tivemos muitos problemas com o facto dos nossos cidadãos açorianos ainda não aparecerem junto dos novos e dos anteriores hospitais SA, que espero que mudem a sua filosofia a partir de agora, sem o Cartão de Utente.

Relativamente às restantes questões, eu gostaria aqui de dizer que no que diz respeito à política de saúde e à gestão do Serviço Regional de Saúde nós devemos discutir as coisas com seriedade e devemos olhar não a problemas de circunstância, mas aos problemas base e é preciso ter coragem e a coragem dos Governos do Partido Socialista ou dos Governo Regionais, sejam eles quais forem, está condicionada também a uma coragem de âmbito nacional, porque os senhores sabem muito bem que existem medidas que urge tomar no nosso país na sua globalidade e que implicam o Serviço Regional de Saúde.

Portanto, por isso espero, e espero muito bem, que a partir de agora, já por alguns indicadores dados pelo novo Primeiro-Ministro, haja problemas sérios que passem a ser resolvidos.

É isso que nós todos devemos discutir e terá que ser uma preocupação de todos os partidos e não uma preocupação só do da direita ou da esquerda, porque nós todos sabemos que precisamos ter boa saúde e a principal preocupação dos açorianos, como disse o Sr. Deputado Clélio Meneses, é, efectivamente, a saúde.

A principal preocupação do Sr. Secretário dos Assuntos Sociais e do Governo do Partido Socialista, no âmbito da saúde, é dar boa saúde e bons cuidados de saúde aos açorianos e é nisso que nós trabalhamos. Nesse aspecto nós estamos a trabalhar bem.

No aspecto do seu financiamento e da forma como o devemos financiar, também estamos a criar medidas rigorosas e criteriosas de gestão da despesa e de controlo de custos, mas, se calhar, temos que ir mais além.

O que eu queria ter ouvido das intervenções do PSD era terem chegado à tribuna e apresentado medidas concretas e não elencar um conjunto de problemas, porque esses nós todos já sabemos. Nós precisamos também que a oposição faça o seu papel e diga assim: os senhores devem fazer

isto, devem fazer aquilo, mas para isso é preciso ter coragem e muitas das vezes a coragem faltava.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(* **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu ia dirigir-me ao Sr. Secretário da Presidência, que não está na sala. Aliás começa a ser um estranho hábito. Eu falo de saúde e o Secretário dos Assuntos Sociais não está. Quero responder ao Secretário Regional da Presidência e ele não está,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Deputado, ele foi à casa de banho. O senhor não vai à casa de banho?

O Orador: ... mas eu guardarei para uma próxima intervenção a resposta ao Sr. Secretário da Presidência.

Deputado Francisco Coelho (PS): Vá à casa de banho dos homens.

O Orador: Seja delicado, Sr. Deputado. Isso não lhe fica bem!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Quando o PSD traz a esta Câmara um debate com seriedade sobre as questões da saúde e no qual inclusive deixou algumas propostas, e só não ouviu quem não quis ouvir, somos acusados de não trazer contributos para os assuntos que interessam aos açorianos e a bancada da maioria o que faz, perdoem-me a expressão, é “assobiar para o lado”, discute questões marginais, faz perguntas existenciais, refugia-se no que já foi dito e não contribui para o debate dum questão que afecta seriamente os açorianos.

O que é verdade é que as pessoas que vão às unidades do Serviço Regional de Saúde, que esperam horas a fio nas urgências dos hospitais e dos centros de saúde, que estão em listas de espera para além do tempo clinicamente aceitável, essas são as pessoas que nos preocupam, porque esses são os cidadãos que sofrem e é muito fácil aos Srs. Deputados virem aqui falar do Sistema Regional de Saúde quando, se calhar, muitos deles há muitos anos que não entram numa unidade de saúde da Região e nunca esperaram 2 ou 3 horas numa urgência dum hospital ou dum centro de saúde. Ainda bem para eles!

Deputado Nuno Tomé (PS): Que demagogia!

O Orador: Infelizmente nem todos se podem orgulhar de serem saudáveis como os Srs. Deputados da maioria ou como o Sr. Vice-Presidente do Governo e têm que recorrer ao Serviço Regional de Saúde.

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Eu fiz questão de frisar que há vantagens neste sistema e que houve, ao longo dos anos, um conjunto de dados adquiridos neste sistema: alargamento da rede, baixas taxas de mortalidade infantil, redução da taxa de mortalidade perinatal, etc., etc.

Ninguém tira o mérito a isto, mas o que é verdade é que também é reconhecido, e o relatório que o Sr. Deputado José San-Bento citou começa por fazer esse mesmo diagnóstico,...

Deputado José San-Bento (PS): Não há aqui nenhuma proposta do PSD!

O Orador: ... que há uma distorção no nosso sistema Regional de Saúde. Gasta-se muito dinheiro e não se consegue melhorar os cuidados primários de saúde e este é que é o problema.

Nós não estamos a falar dos cuidados diferenciados, dos cuidados que são prestados nos hospitais, estamos a falar dos cuidados primários de saúde que são prestados nos centros de saúde. Aqui é que está o problema e não venham acusar o PSD de não ter uma postura séria nesta matéria, porque a ênfase que coloquei na minha intervenção foi exactamente aqui.

Deputado Nuno Tomé (PS): Não é nesta em especial, é em todas.

O Orador: Eu sei que isto custa muito ao Governo Regional e à actual maioria, porque a verdade dói e dói que os outros digam que há um falhanço rotundo na política de saúde do Governo Regional do PS ao longo destes últimos anos. A verdade é essa.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor está a contradizer o que disse há pouco!

O Orador: Não estou. O Sr. Deputado José San-Bento tem o estranho hábito de nesta Câmara colocar na boca dos outros palavras que os outros não disseram e tem o pretensão mérito de ouvir coisas que ninguém diz.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor é novo cá!

O Orador: Já todos lhe reconhecemos esse estilo que é típico seu. Fica consigo e isso em nada contribui para o debate.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

O Orador: Terminei já, Sr. Presidente, agradecendo a sua benevolência

Sr. Deputado José San-Bento, eu não disse que havia menos médicos no sistema. O que eu disse foram coisas diferentes.

O senhor veio fazer referência do aumento de 30% dos médicos, mas o senhor se calhar não sabe, e volto a lembrar-lhe, é que o Sistema Regional de Saúde tem na carreira hospitalar 310 médicos e tem na carreira de clínica geral 117. A diferença é esta.

Deputado Nuno Tomé (PS): E as propostas?

O Orador: Portanto, o que isto significa é que o Governo Regional do Partido Socialista ao longo destes 8 anos não foi capaz de inverter esta situação, porque de 92 para 2002 apenas aumentaram 3 médicos na carreira de clínica geral.

Deputado Nuno Tomé (PS): O senhor tem que ir à Universidade para saber isso.

O Orador: Portanto, há uma diferença substancial nas perspectivas.

Sra. Deputada Fernanda Mendes, pelas perguntas que fiz percebo bem agora porque que é que V. Exa. deixou de ser Secretária Regional da Saúde.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

(*) **Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Quando tardam as medidas é natural que se dê uma sensação de vazio e que surjam os actos tipicamente de auto gestão.

Isto vem a respeito da última intervenção da Sra. Deputada Fernanda Mendes, que eu agradeço e acho que o plenário, naquilo que diz respeito ao esclarecimento sobre a intenção de algumas declarações do Grupo Parlamentar do PS e cuja sua intervenção só revela a sua sensibilidade política e a necessidade de clarificar esta matéria. Reconheço-lhe esse mérito.

Quanto às informações que aqui trouxe em detalhe sobre a postura do Conselho de Administração do Hospital de Angra do Heroísmo, vai permitir-me a minha discordância e que introduza aqui alguns elementos.

A decisão do Conselho de Administração do Hospital de Angra do Heroísmo, na minha perspectiva, resulta exactamente do vazio e da ausência de medidas urgentes e necessárias sobre essa matéria.

A questão do atendimento permanente e das urgências é um assunto complexo, todos sabemos.

Agora, não tem sido possível ou não têm sido capazes de resolver esta situação ou de a clarificar e é aqui que surge uma postura dum conselho de administração de um hospital, que eu não classificaria como um equívoco, mas uma irresponsabilidade que originou a situação de caos, de insegurança e de repúdio, como todos sabemos e que o Deputado Clélio Meneses ainda há pouco aqui também referiu, que teve a cobertura total, não nos esqueçamos, da Sra. Directora Regional de Saúde.

Permita-me esta nota, Sr. Secretário Regional da Presidência: nós CDS/PP mostrámos satisfação, e julgo que muita gente, pela coragem e pela atitude imediata do Secretário Regional dos Assuntos Sociais. Teve esse bom senso, mas agiu como um bombeiro age perante um incêndio. Foi uma primeira medida e era, no mínimo, o que se esperava. Foi isso que ele fez e muito bem, mas a culpa não pode morrer sempre solteira, como vulgarmente se diz, e todos aguardávamos um pouco mais do que isso.

Com o devido respeito, que papel é que tem a Sra. Directora Regional da Saúde no meio disso, quando 24 horas antes ela diz que a tomada de posição da Administração do Hospital de Angra está de acordo com a política da Secretaria, que ela como Directora Regional assume?

Foi preciso que o Sr. Secretário Regional, que estava ausente, julgo que aqui no Faial, quando se apercebeu da dimensão e da gravidade da situação tomou a medida que se aguardava, mas, entretanto, ficou tudo na mesma.

Qual é a posição da Sra. Directora Regional e do Conselho de Administração do Hospital?

A Sra. Deputada Fernanda Mendes trouxe esses números que até revelam que houve uma diminuição,...

Presidente: Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, lamento informá-lo que terminou não só o seu tempo de intervenção, mas o seu tempo global.

O Orador: Então estou arrumado.

... mas, como dizia o Deputado Clélio Meneses há bocadinho, houve muita gente que acatou a decisão do Conselho de Administração e que não queriam correr o risco de chegar ao Hospital de Angra e serem submetidos à triagem por um funcionário administrativo.

Portanto, houve um momento de contenção que esses números devem traduzir, mas a questão de fundo está por resolver, tem que ser resolvida e era importante que os responsáveis por essa imprudente decisão também assumissem as consequências disso.

Obrigado, Sr. Presidente, pela sua tolerância.

Presidente: Antes de dar a palavra a outro Sr. Deputado, vou fazer umas contas para ver se já foram ultrapassados os tempos.

(Pausa)

Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(* **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos aqui há cerca de uma hora e meia de debate na ausência física do Sr. Secretário Regional da tutela, mas substituído pelo Sr. Secretário Regional da Presidência, na ausência verbal do antigo Secretário Regional, na presença reactivada e entusiasmada da Sra. antiga Secretária Regional e também na presença entusiasmada de alguns aspirantes, se calhar, a secretários regionais, tais como os Srs. Deputados Lizuarte e Rogério Veiros.

Perante estas presenças e ausências o debate tem decorrido, mas passado uma hora e meia, infelizmente, da parte da maioria do Partido Socialista e do Governo Regional, isso sim, nem uma proposta concreta, nem uma medida concreta para resolver o problema da saúde dos açorianos.

Quando se vê da parte do Partido Socialista a busca desenfreada pelas propostas de PSD, perguntamos: E as vossas? Os Srs. são maioria, têm 31 deputados, mais o Governo e numa hora e meia de debate qual foi o contributo efectivo que o Partido Socialista deu neste debate para resolver efectivamente o problema da saúde dos açorianos?

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): O Programa do Governo!

O Orador: É esta a questão que fica.

Em relação às políticas anteriores a 96 e ao Governo na República isso já foi tudo julgado eleitoralmente. Estamos a falar agora é deste actual Governo eleito em 2004.

Sobre a questão do Hospital de Angra, que parece estar a causar algum incómodo, o que eu devo dizer, para esclarecimento da Sra. Deputada Fernanda Mendes e do Sr. Secretário Regional, é que não fiz nenhum comunicado destes, não fui eu que pus o anúncio dessa forma como aí está, não fui eu que disse para o funcionário administrativo ir fazer a triagem baseada em critérios de residência e não em critérios de cuidados primários de saúde diferenciados.

Esses números que a senhora fez referência são contraditados por situações concretas, relatadas por pessoas que viram o seu acesso ao Serviço Regional de Saúde rejeitado.

Mas, perante um serviço público de saúde em que num dia o Conselho de Administração do Hospital diz o que diz, passados dois dias o esclarecimento da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais diz que está tudo bem, dois dias depois o próprio Secretário Regional diz que não estava bem e muda tudo, eu pergunto: Afinal está tudo bem? Afinal o Serviço Regional de Saúde nos Açores funciona bem? Digam!

É esta reflexão que é preciso fazer.

Quando nós trazemos esta preocupação, quando trazemos a preocupação dos açorianos que nos relatam estas situações, é no sentido de contribuir para a respectiva resolução. É esse o nosso propósito. Desengane-se quem pense ao contrário e tenha atitude contrária.

Por outro lado fica aqui também a dúvida se estava bem ou se estava mal. A Sra. Deputada Fernanda Mendes, antiga Secretária Regional diz que, afinal, os doentes que precisavam foram atendidos e que estava tudo bem.

Se estava tudo bem, por que é que o Sr. Secretário interveio? Se calhar exageradamente, sem sentido, sem propósito!

É esta contradição que está plasmada nos documentos, nas posições do Membros do Governo, do Conselho de Administração, que está também na sua intervenção, porque por um lado diz que está bem e, por outro, diz que está mal.

A nós não nos interessa julgar pessoas relativamente a se está bem ou se está mal. Aconteceu e da nossa parte merece discordância, mas sobretudo é um sinal de alerta e de grande preocupação por um serviço público de saúde que em três dias teve três posições distintas.

O PSD não concorda com isso e tem legitimidade para manifestar a sua posição. É isso que fazemos aqui, fiscalizando, denunciando, como disse na intervenção, pedindo que esse contributo seja aqui entendido.

Finalizo como comecei esta minha intervenção, que espero que seja a última, dado o adiantado da hora: uma hora e meia depois, nem da parte da maioria do Partido Socialista, nem da parte do Governo, foi dada uma única resposta concreta para resolver os problemas que afectam os açorianos, designadamente em termos de acesso ao Serviço Regional de Saúde.

Vozes da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

(*) Deputada Fernanda Mendes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Está é também a minha última intervenção.

Antes de mais gostaria de dizer que numa dada comunidade quando o sentimento geral de insegurança dos utentes, independentemente da medida, sobreleva essa própria medida, é fundamental que se tome uma decisão que é urgente, é tipo bombeiro, é, mas é a medida que deve ser tomada.

Nesse sentido em estou, em geral, plenamente de acordo com a intervenção do Deputado Alvarino Pinheiro.

É claro que a complementaridade de cuidados é fundamental para a gestão dos nossos recursos de uma forma mais adequada.

Quando nós temos uma urgência no Centro de Saúde da Praia da Vitória que vai até à meia noite é para que os utentes do Concelho da Praia tenham mais próximo deles um atendimento permanente. Isto foi uma luta do próprio concelho, que foi efectuada no meu tempo e foi por acordo que chegamos a esta determinada administração das horas de urgência. Se existe até à meia noite é para ser utilizado.

Estou plenamente de acordo, porque isto faz parte da boa gestão e faz parte até de uma educação dos próprios utentes que, ao fim e ao cabo, sabem que é assim, porque é assim em toda a Região, é assim em todos os concelhos.

Portanto, nesse sentido, reforçando as palavras do Sr. Secretário, não há dúvida nenhuma que foi a medida certa, porque, como eu referi, a insegurança não pode existir nos nossos utentes.

Eu queria responder ao Sr. Deputado Pedro Gomes no que diz respeito a dois conceitos acerca do Serviço Regional de Saúde.

Quando o relatório aponta que há uma distorção é porque estão crescendo muitos cuidados diferenciados, e bem, e não ao nível dos cuidados primários. Essa distorção não significa esgotamento do modelo. É isto que gostaria que ficasse claro, porque a maioria dos modelos por esse mundo inteiro assenta nestes dois níveis de cuidados, os cuidados de clínica geral familiar e os cuidados secundários ou diferenciados.

Portanto, o modelo não está esgotado. Tem distorções que este Governo tem corrigido lentamente, é verdade, porque os nossos recursos financeiros e humanos são escassos. Os recursos humanos são escassos também porque os recursos financeiros o são, porque se nós tivéssemos orçamentos e

possibilidade, do ponto de vista financeiro, para pagar a todos os clínicos gerais da Região um valor muito mais acrescido que no Continente, não teríamos esse problema.

Estão sempre referindo que a gestão é fundamental e é, porque nós temos que gerir o nosso melhor com os recursos que temos.

Para terminar queria referir só mais uma questão.

Dizem que o nosso Serviço Regional de Saúde não progrediu, não ministra bons cuidados. Eu só gostaria que os Srs. Deputados falassem com os nossos utentes que, por qualquer razão, infelizmente, ainda têm que sair da Região e são internados nas unidades de saúde do Continente. Perguntem-lhes e vão ter a resposta do quanto nós evoluímos e o quanto eles são melhor tratados em diversos aspectos. Não estou falando do técnico, mas de todos os outros e de como eles se sentem bem tratados na Região e sentem uma diferença enorme quando se deslocam.

Deputado Paulo Messias (PS): *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Ainda tenho mais Srs. Deputados inscritos e, naturalmente, não lhes vou retirar a palavra, mas alerto-vos de que vamos fazer um intervalo daqui a pouco.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(*) **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Lamento que só agora me seja concedida a palavra uma vez que a pedi ainda durante a intervenção do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro e que, entretanto, já decorreu uma segunda ronda de intervenções.

Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, quem citou relatórios do Tribunal de Contas, e foi isso que eu disse há pouco, relativos a alguns centros de saúde e se esqueceu de outros foi o Sr. Deputado Pedro Gomes na sua intervenção e eu no meu primeiro pedido de esclarecimento interpelei o Sr. Deputado Pedro Gomes relativamente a esta matéria, admitindo expressamente ter-se tratado de um lapso, pois não queria nem quero acreditar que essa omissão se ficou a dever ao facto dos centros de saúde omitidos serem dirigidos por ilustres sociais democratas. Foi isso que eu disse, é isto que eu quero aqui repetir e deixar claro.

Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, eu também disse que o Sr. Deputado Pedro Gomes não tinha citado todos os centros de saúde em que existe falta de médicos e dei o exemplo da Madalena e convidei a averiguar as razões por aquilo que, efectivamente, hoje se passa no Centro de Saúde da Madalena. O que se passa, Sr. Deputado, é que a algum tempo atrás, não tanto quanto isso, foi promovido um procedimento do qual resultou a transferência de um médico do Centro de Saúde da Madalena para o Centro de Saúde de S. Roque, tendo como resultado que o Centro de Saúde de S. Roque que tinha 3 médicos, para um universo de pouco mais de 3 mil utentes, passou a ter 4 e o Centro de Saúde da Madalena que tinha 4, para um universo superior a 6 mil utentes, passou a ter 3.

Os critérios que fundamentaram essa decisão e ter-se avançado para esse procedimento não foram objectivamente quaisquer critérios racionais nem de boa gestão.

Foi isto que eu disse, foi esta crítica que eu fiz, faço e repito, mas daqui não se pode concluir nem retirar qualquer crítica à competência e às qualidades técnicas de qualquer dos médicos envolvidos.

Para que fique claro e para que não sobrem quaisquer dúvidas, foi isto que eu disse e foi isto que eu repeti.

No que respeita à transferência do médico da Madalena para S. Roque é uma crítica à falta de critérios de gestão, à ausência de boa gestão e à irracionalidade dessa decisão com consequências graves para o Centro de Saúde da Madalena e para os utentes daquele Concelho.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Mas o que é que isso tem a ver com o PSD?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente só para clarificar aqui alguns aspectos que me parecem importantes.

Em primeiro lugar, esclarecer o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro e o Sr. Deputado Pedro Gomes que esse tipo de comentários que fazem sobre as minhas intervenções numa tentativa de me condicionar, estão condenados ao insucesso.

Em segundo lugar, para referir ao Sr. Deputado Clélio Meneses alguns aspectos que também devem ser ditos.

Primeiro aspecto, foram prestados vários esclarecimentos por diversos colegas meus.

Segundo aspecto, foram salientados diversos problemas estruturais do Sistema Regional de Saúde, algumas questões que nos transcendem e que foram aqui muito bem apontadas e salientadas.

Terceiro aspecto, Sr. Deputado Clélio Meneses, o senhor não tente inverter aqui o papel colocando o Grupo Parlamentar do PS sobre juízo...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não estamos. Os senhores é que estão!

O Orador: Eu já lhe explico porquê.

Este não é, em primeiro lugar, o debate do Programa do Governo e é engraçado ver que durante o debate do Programa do Governo os senhores não estavam assim tão preocupados quanto isso.

Deputado Clélio Meneses (PSD): No Programa do Governo não se discute só saúde.

O Orador: O senhor não tem o direito de dizer aquilo que diz por uma razão muito simples, porque os senhores para terem legitimidade para apresentar determinadas críticas, nomeadamente o Sr. Deputado Pedro Gomes, têm que ter propostas concretas, têm que ter um passado que não têm.

A prova que foi dada em relação ao relatório da Comissão Eventual é uma prova de que os senhores não têm tido um contributo para a melhoria do sistema de saúde nos Açores.

Muito obrigado.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Nós não temos legitimidade, não temos nada. Os senhores é que têm tudo, até a arrogância!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A pergunta que eu faço à maioria parlamentar que suporta este Governo é esta:

Os senhores estão ou não dispostos a viabilizar iniciativas que permitam a contratação de médicos nos Centros de Saúde de Ponta Delgada, Angra e Horta, mediante contratos de trabalho a termo. Sim ou não?

Os senhores estão dispostos a viabilizar iniciativas legislativas que permitam alargar a medicina convencionada para combater as listas de espera. Sim ou não?

Os senhores estão dispostos a, com o PSD, votar aqui um conjunto de medidas reformistas e reformadoras do Sistema Regional de Saúde ou o diálogo que os senhores têm vindo a praticar desde o início desta legislatura é só conversa e depois prevalecem-se do voto dos 31 deputados da maioria socialista, rejeitando todas as propostas que a oposição apresenta? A pergunta fundamental é esta, meus caros Srs. Deputados da maioria e os senhores têm que responder aqui neste debate e agora a esta pergunta.

Os exemplos que os senhores têm dado aqui neste Parlamento, no escasso tempo desta legislatura, é que proclamam o diálogo mas depois exercem a força da maioria e a força dos seus votos, lembrando aquilo que se passou na Comissão de Economia com a questão da resolução sobre o POSEIMA em que os senhores, numa questão de interesse regional, se limitaram a exercer os votos da maioria.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Fizeram bem, por uma questão de interesse regional.

O Orador: Lá iremos ver. É assim que os senhores fazem e esses são maus indícios de quem no debate do Programa do Governo aqui neste Parlamento pela boca, em primeiro lugar, do Sr. Secretário Regional da Presidência e depois pelo Deputado Francisco Coelho, líder parlamentar do Partido Socialista, em que acusavam a minoria de não apresentar propostas, que a oposição não pode apresentar propostas de alteração ao Programa do Governo, mas quando estamos num momento de debate sobre o Sistema Regional de Saúde em que se colocam na mesa propostas, os senhores é que têm que responder se estão ou não politicamente disponíveis para as viabilizar nesta Câmara e para reformarem o Sistema Regional de Saúde.

Sra. Deputada Fernanda Mendes, eu sei que a senhora está muito preocupada com os modelos de gestão do Sistema Regional de Saúde.

Deputada Fernanda Mendes (PS): Eu estou preocupada com os modelos e com o Serviço Regional de Saúde.

O Orador: Com os possíveis modelos de gestão do Serviço Regional de Saúde. Foi essa a pergunta que me dirigiu ou não foi?

Deputada Fernanda Mendes (PS): E com o Serviço Regional de Saúde.

O Orador: Eu vou responder às duas perguntas, Sra. Deputada.

Como a senhora sabe, há quatro modelos básicos para a gestão dos serviços de saúde nacional ou regional, o modelo de gestão pública, o modelo de gestão privada, utilizando e explorando os equipamentos públicos, o modelo de transformação das unidades do sistema de saúde em empresas e um sistema de gestão pública orientado por critérios de eficiência, eficácia e responsabilização. Olhando por essa Europa fora estes são os modelos principais de gestão de sistemas de saúde.

Deputada Fernanda Mendes (PS): Das unidades de saúde!

Deputado Lizuarte Machado (PS): Ainda resta um outro que foi o que os senhores propuseram na Comissão que não é nada. É zero!

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Se é nada, não resta!

O Orador: Sr. Deputado, o seu aparte, ainda que regimentalmente permitido, é politicamente revelador duma atitude, é que o facto de em 2003, no âmbito dessa Comissão, na sequência do trabalho da Dra. Suzete Tranquada, que serviu de base a esse relatório, o que é verdade é que o facto do PSD não ter apresentado nenhuma proposta, não significa que não apresente hoje.

Esse seu aparte é revelador duma atitude e de um preconceito que é o seguinte: os senhores ficam incomodados quando a minoria, quando o Partido Social Democrata vem a esta Câmara trazer um debate sério e quer contribuir para um debate. Os senhores ficam incomodados e ainda não percebi porquê. Os senhores estão com medo do Partido Social Democrata?

Deputada Fernanda Mendes (PS): Medo?!

O Orador: É a única explicação.

Presidente: Sr. Deputado, terminou o seu tempo.

O Orador: Terminei, Sr. Presidente.

Presidente: Os Srs. Deputados continuam a inscrever-se e estão no seu direito, mas a continuação deste debate terá que ficar para amanhã, porque vamos fazer um intervalo e às 18,00 vamos entrar no Período da Agenda da Reunião.

(Eram 17 horas e 25 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, pedia que ocupassem os vossos lugares para prosseguirmos com os nossos trabalhos.

(Eram 18 horas e 10 minutos)

Vamos prosseguir os nossos trabalhos com a **Agenda da Reunião** que tem como primeiro ponto a **Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 4/2005 - “Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Regional”**.

Para apresentar o diploma tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A publicação da Lei 2/2004, de 15 de Janeiro, definiu um novo Estatuto de Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Pública.

Nesse diploma salvaguarda-se a possibilidade das Regiões Autónomas elaborarem legislação própria, atendendo às especificidades orgânicas do seu pessoal dirigente, devido ao facto do mesmo constituir factor de articulação entre os objectivos das políticas públicas e a sua capacidade de execução.

A presente proposta esclarece e define:

- As particularidades da Administração Pública Regional no que respeita à correspondência das atribuições e designações dos departamentos regionais e dos respectivos titulares;
- Os cargos que, atendendo à natureza, âmbito e dimensão dos serviços desconcentrados, como, por exemplo, as delegações de ilha, não justificam a criação de cargos de direcção, sendo

igualmente definidos, no âmbito de recrutamento, o perfil funcional, o regime de exercício de funções e o estatuto remuneratório;

- Define também que a formação profissional específica, exigida para as funções de dirigentes, seja ministrada pela DROAP, através do CEFAPA e não a exclusividade ou a exigência que a mesma seja feita pelo INE;

- Contribuir de forma clara para o processo de modernização administrativa e melhoria da gestão, através da qualificação e dignificação das funções dos dirigentes, garantindo com isso maior eficácia e eficiência da administração.

Esta proposta define e esclarece os cargos de direcção superior de 1º e 2º grau, por exemplo, Director Regional, Secretário-Geral, Inspector Regional e Vogal de Direcção, criando pela primeira vez na Região a figura de Sub-Director Regional, os cargos de direcção intermédia de 1º e 2º grau, Directores de Serviço e Chefes de Divisão.

Por outro lado, estabelece também a impossibilidade de se verificarem nomeações para cargos de direcção superior após a demissão do Governo, a convocação de eleições regionais ou antes da confirmação parlamentar do governo recém-nomeado.

As áreas de recrutamento dos cargos de direcção intermédia também estão definidas, sendo, para o cargo de Director de Serviços, a necessidade de 4 anos de experiência profissional e para Chefe de Divisão 2 anos de experiência profissional.

Esta medida é tomada tendo em consideração a especificidade da Administração Pública Regional, apostando na renovação dos dirigentes e na sua qualificação e repõe, aliás é bom lembrar, o Decreto Legislativo Regional 1/90/A, que foi proposto, aprovado e votado pelo PSD nesta Assembleia.

Promove a selecção e o provimento dos cargos de direcção intermédia através da publicitação na Bolsa de Emprego Público da Administração Regional e em órgãos de comunicação social de expansão regional e nacional.

Garante a criação, através de Decreto Regulamentar Regional, dos cargos de direcção específica, por exemplo delegados de ilha, atendendo à natureza, âmbito e dimensão dos serviços desconcentrados que ficarão na dependência directa do membro do governo quando se insere essa unidade orgânica, sendo definido os níveis de instrução necessários e respectivos estatutos remuneratórios.

Por exemplo, explicita-se o caso das Ilhas de Santa Maria, S. Jorge, Graciosa e Flores onde se poderão recrutar, para cargos de 1º grau, indivíduos de reconhecido mérito e competência técnica, detentores das habilitações legais exigidas para o ingresso na carreira técnico profissional ou já inseridos nessa carreira.

Cria a função de coordenação prevista para as situações em que não se verifica a necessidade de criação de cargos de direcção previstos anteriormente como, por exemplo, os coordenadores de núcleos redactorial do gabinete para a comunicação social, gabinete de protocolo, jornal oficial e centros de documentação e formação profissional da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas entre outras.

E especifica claramente que a formação profissional específica para dirigentes cabe ao CEFAPA, reduzindo assim os custos de formação e a dependência, criando maior celeridade e operacionalidade no provimento da formação necessária ao desempenho dos respectivos cargos, com a garantia da qualidade técnica da formação, através, por exemplo, também de protocolos estabelecidos com entidades com competência.

Em resumo, esta proposta clarifica os cargos de dirigentes da Administração Regional Pública, sendo um instrumento importante para o processo de modernização administrativa e para a continuação duma política transparente de recrutamento e selecção dos recursos humanos na Região.

Presidente: Estão abertas as inscrições para o debate desta proposta, na generalidade.

(Pausa)

Estão inscritos os Srs. Deputados José San-Bento, José Manuel Bolieiro e Alvarino Pinheiro.
Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS)**: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Face à extensiva exposição do Sr. Vice-Presidente, gostaria apenas de complementar dizendo que este diploma tem relação com aquele que nós aprovámos ontem, relacionado com o regime jurídico da administração directa da Região.

Gostaria de destacar neste diploma, uma vez mais, uma marca em termos de modernização e de maior eficiência na gestão da administração e também a dignificação e a clarificação que este diploma traz.

Há vários outros aspectos que são definidos pelo diploma que o Sr. Vice-Presidente já referiu, mas gostava, no entanto, de salientar uma inovação que me parece interessante, ainda mais face aos tempos que o país viveu recentemente, sobre a limitação das nomeações em que há agora uma clarificação neste diploma em que não poderão haver nomeações depois da marcação de eleições para a Assembleia Regional, depois da demissão do Governo e antes da confirmação do novo governo e, portanto, é um aspecto interessante.

Também para referir, embora eventualmente o Deputado Bolieiro o fará como Presidente da Comissão, que a Comissão, de facto, apresenta alterações que são assumidas e constam do relatório e também, tal como ontem, há algumas notas de redacção final que são importantes serem consideradas.

Por agora, em termos de generalidade, ficaria por aqui.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para esclarecer que este diploma que aprova o Estatuto de Pessoal Dirigente da Administração Regional vem na sequência do diploma sobre a Organização da Administração Regional Directa, que ainda ontem aqui votamos.

Mas, tal como o diploma de ontem, é um diploma que vem com um ano de atraso, vem atrás da reforma implementada no âmbito da Administração Central para o Estatuto dos Dirigentes da Administração Pública.

A verdade é que este diploma marca a morte da convicção do Partido Socialista, que era a designar as chefias por concurso público e, portanto, na linha do que a nível nacional se foi introduzindo, o Partido Socialista mata a sua convicção de concurso público para a opção da nomeação.

Por outro lado, quando no próximo futuro, com este novo Governo da República, conforme defendeu o Deputado Jorge Coelho, se reformar a Administração Pública pelo reforço da profissionalização, logo se verá qual a posição zigiguezagueante do Partido Socialista nos Açores.

De qualquer modo, este diploma procura institucionalizar aquela que é hoje a prática da Administração Regional quanto às até aqui chamadas chefias atípicas.

Deputado José San-Bento (PS): Eu destaquei isso.

O Orador: Por outro lado, matando de vez a solução que por convicção o Partido Socialista antes defendia de concurso público para as chefias, espero que o Partido Socialista não faça destes novos cargos uma oportunidade para premiar os dirigentes ou os indivíduos com o cartão de militante.

Deputado Pedro Gomes (PSD): *Muito bem!*

Deputado José San-Bento (PS): A gente vai esclarecer isso com o diário das sessões!

O Orador: É esse risco que importa assegurar no âmbito da Administração e que não seja mais uma oportunidade para os “jobs for the boys”, mas, sim, para pautar designadamente os órgãos dirigentes da Administração Pública pelos critérios de mérito e de qualidade de chefia.

Deputado José San-Bento (PS): Mérito e competência.

O Orador: Por outro lado, também é preciso cuidar, no âmbito deste diploma, da restrição das despesas e do orçamento quanto à remuneração a atribuir aos cargos dirigentes, razão pela qual o Grupo Parlamentar do PSD, em matéria de especialidade, apresentará propostas correctivas a este diploma.

Finalmente, num esforço de melhoria técnica legislativa, a Comissão de Política Geral também, no âmbito do seu relatório, fez um conjunto de propostas de alteração que, obviamente, os Srs. Deputados da Comissão subscrevem, contribuindo assim para a melhoria do texto deste diploma. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

(*) **Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Escusado será repetir que estamos de acordo com a oportunidade e com a justeza desta iniciativa que adapta necessariamente às características regionais a Lei 2/2004, de 15 de Janeiro.

Nós já tivemos a oportunidade de dar conta do motivo pelo qual nos abstivemos na Comissão, e o Sr. Vice-Presidente na sua intervenção referiu expressamente isso, dizendo que uma das “novidades” era o facto de prever a criação do lugar de Sub-Director Regional.

Trata-se de uma matéria que tem gerado uma longa discussão ao longo destes 29 anos de autonomia regional e que, sob o nosso ponto de vista, são dos tais instrumentos que tanto pode funcionar, para bem ou para mal, em função do uso que lhe seja dado.

Nós temos uma perspectiva de que a própria equiparação de Director Regional a Director-Geral pode ser polémica. Aliás, curiosamente os membros do Governo Regional não são equiparados a ministros, tal como o Presidente do Governo Regional não é equiparado a Primeiro-Ministro. Os próprios deputados regionais não são equiparados a deputados da nação. A única figura do nosso ordenamento executivo que tem uma equiparação é a de Director Regional que tem a equiparação à de Director Geral.

É uma matéria polémica, pelos menos quando do assunto se trata, e não deixar de levantar aqui uma situação de justeza, ou seja, o Director Regional de Saúde tem o mesmo estatuto remuneratório que o Director Geral da Saúde.

Costuma dizer-se que o que nasce torto dificilmente se endireita. Isto, de facto, nasceu assim e assim ficou.

Aliás, é diferente, por exemplo, ao nível dos Chefes de Divisão, porque aí já estamos num nível técnico que pode justificar equiparação, agora ao nível da responsabilidade da equiparação do Director Regional com a do Director Geral, seria interessante uma profunda reflexão, já que hoje se tem falado muito nisso, sobre esta matéria, repito, por uma questão de coerência, por uma questão de justeza de dignidades.

Julgo que o Estado nunca levantou esse problema, mas ele não deixaria de existir por via disso.

Havia quem defendesse com muita convicção que, nessa linha de desfazamento entre as responsabilidades regionais e as responsabilidades nacionais, para funções de idêntico perfil houvesse um grau de desfazamento. É por isso que os Membros do Governo Regional são equiparados a Secretário de Estado e têm na Região competências tipicamente de ministros e o próprio Presidente do Governo tem a equiparação que nós sabemos.

Credenciados técnicos defenderam por várias vezes que o Director Regional deveria ser equiparado a Sub-Director Geral.

Ora bem, com a introdução dessa figura do Sub-Director Regional, de novo equiparado a Sub-Director Geral, embora seja menos grave, porque está num grau inferior da cadeia, levanta-se aqui a seguinte questão: para além de deixar à Assembleia, se assim o entender, a pista de reflexão sobre isso, e o próprio Governo certamente já pensou no assunto, mas seja como for é um contributo para se acentuar essas reflexões, qual vai ser a ideia predominante? É substituir Directores Regionais por Sub-Directores Regionais? Essa é a filosofia? Se for essa a filosofia o Sr. Vice-Presidente do Governo tem 2, 3 ou 4 votos do CDS antecipados.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Tem apenas um voto!

O Orador: Tem apenas um, mas pode já ficar para o resto do plenário.

A outra questão é se, para além dos nossos directores Regionais, é para criar a nova classe dos Sub-Directores? Assim for, aí terão a o voto e a posição frontal do CS/PP.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Só tem um.

O Orador: Só tem um e muito mitigado, mas vota contra com muita força.

É este o pequeno drama que no conjunto do diploma, e tenho perfeita consciência disso, não é relevante, mas a verdade é que a nossa administração, talvez, um dia tivesse de ter a coragem de também nesse domínio dessa equiparação excessiva e injusta do Director Regional à figura de Director Geral, também pudesse aí introduzir a graduação que o bem senso, sob o nosso ponto de vista, recomendaria.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento** (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para referir que o PS não matou ninguém e não tem convicção nenhuma.

Nós apresentamos uma proposta que agiliza e simplifica o processo de nomeação mas que, em nosso entender, é compatível com os desígnios da isenção política e da independência partidária.

Portanto, é isso que nós reafirmamos, o mesmo é dizer que o Governo continuará a premiar a competência e o mérito na administração que é o que tem feito até agora.

Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, face à dúvida que o senhor levantou eu pergunto-lhe o seguinte: os senhores criaram o diploma nacional nesses termos, para quê? Foi para colonizar a Administração Pública com os famosos “oranges boys”? Certamente que não. Tiveram outros desígnios e outros méritos em apresentar essa proposta.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José San-Bento:

Uma primeira nota.

De facto este diploma e esta opção política e legislativa que o PS faz é contrária à convicção do Partido Socialista quanto à exigência do concurso público para determinados cargos de chefia da Administração Pública. Isto é inequívoco.

Uma segunda nota.

O Sr. Deputado quis valorizar o esforço de ética colocado pelo PS, destacando o período em que estão proibidas as nomeações para cargos de direcção e de chefia. Mas a verdade é que esta proposta que está aqui não é mais do que a cópia do previsto no diploma nacional, da iniciativa do Governo da República do PSD e do CDS/PP.

Portanto, essa questão não é uma mais valia da opção política específica deste Governo e desta iniciativa legislativa.

Por outro lado, gostaria de dizer que não é uma inovação deste diploma, é exactamente a cópia do que o Estatuto do Pessoal Dirigente, feito no âmbito da Administração Pública Central, já prevê, razão pela qual eu ontem dizia e com razão de que não havia aqui qualquer espírito reformador por parte deste Governo, quando muito um atraso de um ano, copiando o que a nível nacional foi feito na reforma da Administração Central e do Estatuto de Dirigente.

Finalmente, para dizer que uma coisa é a versão legislativa de organização, outra é a prática política e governativa no âmbito da gestão dos recursos humanos e das nomeações a fazer pelo Governo Regional.

Naturalmente que estaremos atentos, e fazemos desde já apelo para que, não aproveitando o quadro legal, se faça novamente uma aposta no “jobs for the boys” e nos dirigentes de apresentação de cartão de militante. Este é o alerta que eu deixo.

Por outro lado, no âmbito da discussão na especialidade demonstraremos que é possível assegurar, com as propostas de alteração que apresentamos, coerência e racionalidade no âmbito dos cargos dirigentes que são agora previstos, com uma opção estratégica e coerente de restrição dos custos orçamentais no âmbito destas nomeações.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

São dois esclarecimentos breves.

O primeiro é no sentido de fazer a abordagem à primeira questão colocada em relação à existência de concurso público e à sua eventual não existência.

Gostaria de esclarecer que o processo que é proposto nesta legislação não é um processo de nomeação, é um processo de oferta pública da abertura de um determinado lugar e consequentemente pressupõe os mecanismos que estão aqui definidos, nomeadamente bolsa de emprego, publicitação na Internet e em pelo menos um órgão de comunicação social regional para que quem quiser possa concorrer e, portanto, não há aqui nenhum processo de nomeação.

Segunda questão fundamental: por que está aqui a alteração da estrutura de concurso público para esta estrutura de oferta pública de lugar? Por uma razão muito simples, porque a nível nacional,

através da Lei 2/2004, acabaram os concursos públicos. Quem acabou com os concursos públicos na Administração Pública, revogando uma legislação do Partido Socialista, foi a Coligação PSD/PP.

A questão que se discute é que, objectivamente, a Administração Pública, que não está separada, não pode ter dois processos diferentes, de nomeação ou de recrutamento para cargos dirigentes, sob pena de encontrar uma desigualdade entre funcionários da Administração Pública.

Esta é uma matéria clara e esta é uma opção necessária numa economia, perante uma alteração legislativa ocorrida a nível nacional.

Em relação à questão dos cargos dirigentes e de proporem medidas que reduza os custos, devo dizer que analisei as propostas de alteração do PSD e apenas há uma pequena e única proposta nesse sentido, no que concerne aos cargos de direcção específica que propõe o índice 710 em vez do 830. Das propostas que aqui estão é apenas isso que se deduz.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Não é, não senhor. Eu já lhe explico.

O Orador: Consequentemente, eu gostaria de dizer que, em relação aos cargos de direcção específica e que se referem a serviços desconcentrados, este índice que é proposto é o índice que vigora neste momento, ou seja, com esta proposta legislativa não existe qualquer aumento dos recursos e com a vossa proposta de alteração iria implicar automaticamente a redução da remuneração que neste momento já existe para lugares que têm estas características e, portanto, passariam para uma situação de redução de direitos adquiridos.

Por outro lado, não faz sentido o índice 710 para lugares de importância estrutural onde o que é fundamental é que sejam preenchidos com pessoas licenciadas, com pessoas qualificadas.

Quando o índice de entrada para a Administração Pública é o 440, introduzir o índice 710 não se está a promover a qualidade, não se está a promover a qualificação e a competência, porque o índice 710 não é, de maneira nenhuma, um índice competitivo e é inferior a uma progressão normal de um funcionário licenciado na carreira da Administração Pública...

Deputado António Marinho (PSD): É o topo da carreira.

O Orador: ... e com esse índice só iriam aceder a esta função pessoas no início das suas funções ou pessoas que teriam uma progressão na carreira que não era a normal.

Neste contexto o que se pretende com o índice 830, que é o que já existe neste momento, é precisamente que seja um índice motivador para que as pessoas que têm a sua progressão normal na carreira da função pública possam exercer essas funções sem perda de remuneração.

Em relação à questão do Sub-Director Regional, e respondendo ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, o que nós propomos aqui é também assumir em legislação aquilo que já existe do ponto de vista remuneratório em alguns serviços, ou seja, não pretendemos com esta introdução aumentar nem criar nenhum cargo novo de Sub-Director Geral, nem pretendemos também aumentar consequentemente a despesa pública. O que nós pretendemos, isso sim, é regularizar, uniformizar e dar enquadramento legal a uma prática já antiga na própria Administração Pública...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Criada pelos governos do Partido Socialista.

O Orador: ... nomeadamente no que concerne a serviços como, por exemplo, delegações de ilha, em ilhas de maior dimensão, onde a dimensão da intervenção, a dimensão do orçamento que estão a gerir e a complexidade das situações, considera-se que deve ter um enquadramento orçamental e de função que vai para além do mero director de serviços. Esta é a opção.

Respondendo concretamente, quero dizer que a sua introdução aqui visa dar o enquadramento jurídico a uma situação já existente e não irá implicar o aumento nem a redução no que concerne à utilização desta função.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É para esclarecer o Sr. Vice-Presidente do Governo.

Na verdade este diploma não promove o concurso público e isso é indesmentível. O que há é, no âmbito dos cargos de direcção intermédia, o recurso à bolsa de emprego e isso é bem diferente e, portanto, o que eu disse mantém-se factual e de forma objectiva.

O que o senhor esclareceu foi uma outra coisa.

De facto está previsto no artigo 5º a mesma solução que a nível nacional existe para o estatuto do dirigente de pessoal e, portanto, quanto a essa matéria não há novidade, nem desmentido.

Quanto à questão que em aparte tive a oportunidade de esclarecer o Sr. Vice-Presidente, as nossas propostas não visam apenas a diminuição do índice 830 para o índice 710, mas também uma outra questão essencial, muitas vezes subliminar, que é este processo de sobre remuneração a determinadas pessoas, através de horas extraordinárias.

O que é normal é, quando há um exercício de chefia, haver uma isenção de horário e não permitir, de forma subliminar, o aumento remuneratório através de um concertado, combinado e tático exercício de pagamento, mensal, de horas extraordinárias, para assim, de forma sub-reptícia, elevar o estatuto remuneratório do exercício desta chefia.

É bom haver transparência neste processo e a nossa proposta vai no sentido de, quando é assumida uma chefia, a mesma gozar do estatuto de isenção de horário, sem sobre remuneração através do truque das horas extraordinárias.

Este é um apelo e uma proposta que visa transparência do estatuto remuneratório de cargos de dirigente e de chefia da Administração Pública Regional.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Por último, porque isso importa para depois avaliar interpretativamente a intenção do legislador, pergunto ao Governo, enquanto gestor da Administração Pública Regional, se quando houver, designadamente nos cargos de direcção específica, nos serviços desconcentrados, um funcionário licenciado, terá prioridade sobre os demais?

Também gostaria de saber se esta é uma causa de exclusão de cargos de direcção específica de alguém que, não tendo o curso superior, seja chefe de alguém que naquele serviço desconcentrado tem um curso superior no âmbito daqueles serviços?

Este esclarecimento, por parte do Sr. Vice-Presidente, é um importante auxiliar para a interpretação rigorosa da intenção do legislador neste articulado, designadamente o artigo 6º. É essencial que o Sr. Vice-Presidente esclareça a Câmara para que fique registado no diário da sessão.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo:

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu esclareço essa questão, mas, se me permite, uma ligeira observação à questão colocada anteriormente.

A insinuação que faz sobre a intenção que o Governo tem, no que concerne à exigência do cumprimento dum horário de trabalho nas funções de coordenação, e que isso fique claramente esclarecido, não tem nada a ver com a questão ou a intenção de remuneração através das horas extraordinárias. Impõe-se aqui uma questão mais restritiva que é a exigência clara que estas funções não isentam do cumprimento de horário de uma determinada estrutura.

Gostaria que não se fizesse essa confusão e muito menos que ficasse indirectamente esta insinuação de que esta proposta visa qualquer introdução de horas extraordinárias. Se a questão fosse essa não era preciso criar o lugar de coordenador, bastaria o lugar de funcionário do quadro e aí podia ser pago por horas extraordinárias e, portanto, não havia qualquer interesse em criar a figura de coordenação, porque se a ideia era ser remunerado por via de horas extraordinárias o mesmo pode ser feito no estatuto normal de funcionário.

Em relação à questão que coloca e que pretendia que eu objectivamente dissesse aquilo que eu não posso dizer, porque não está demonstrado, do ponto de vista prático, que uma pessoa pelo facto de ter uma licenciatura é mais capaz para exercer as funções que estão aqui definidas do que uma pessoa que não tem a licenciatura, como também ao contrário não pode ser dito, ou seja, para as funções que estão aqui descritas de direcção específica, ninguém, se quiser ser rigoroso, se quiser ser justo e se quiser promover uma administração eficaz e eficiente, pode dizer que uma pessoa pelo facto de ter uma licenciatura exercerá melhor a função que uma pessoa que não a tenha.

Portanto, se me permite, da mesma maneira eu não posso olhar para a sua bancada e dizer que os Srs. Deputados do PSD que são licenciados exercem melhor a sua função que os deputados que o não são, porque isso não é justo e isso não é correcto.

O que o senhor queria pôr na minha boca era uma distinção para determinadas características de cargos de direcção específica, que nós não a fazemos. A que fazemos é a que está aqui específica que é a forma de acesso a essas funções e não, em cada caso e em cada situação, a valorização das pessoas em função do seu currículo, das suas habilitações e das suas características para o exercício das funções.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O que é a habilitação?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Surpreendentemente o Sr. Vice-Presidente do Governo confundiu a sua própria argumentação, primeiro invocando que haveria o recurso ao concurso público, o que não é verdade. O que se prevê é para determinados cargos e, portanto, não há concurso público.

No entanto, isso tem como pressuposto, e bem, uma área de recrutamento com determinadas exigências académicas, designadamente a licenciatura, e a necessidade de terem 2 ou 4 anos de experiência profissional. Há aqui áreas de recrutamento que estão pré-determinadas, e, nem por isso, está em causa a avaliação e a capacidade da pessoa sendo ou não licenciada, tendo ou não um curso de formação profissional.

Não é essa a avaliação, e o senhor confunde isso, são as áreas de recrutamento que estão definidas e o que nós queremos é saber qual é essa área de recrutamento que o Governo tem em vista e de que modo se pode interpretar este diploma.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Estão aqui definidas no artigo, que eu não vou ler.

O Orador: O senhor não teve capacidade para responder. Não querer assumir um compromisso.

Fica esta nota para o Grupo Parlamentar do PSD e para a Assembleia Legislativa.

No outro ponto que o Sr. Vice-Presidente procurou esclarecer, retiramos a declaração prévia de que o Partido Socialista votará a favor da nossa proposta de alteração, visto que o Governo não pretende sobre remunerar por via das horas extraordinárias.

Na verdade, o PS e o senhor não estão, com certeza, querendo dizer que os directores regionais, os directores de serviço e os chefes de divisão por terem, como é normal, isenção de horário, deixam de estar obrigados ao cumprimento das regras do bom desempenho das respectivas funções e de dedicação ao trabalho. É óbvio que não é isso que está em causa.

O que nós aqui pretendemos é, de forma transparente e objectiva, avaliar o estatuto remuneratório dos que exercem funções de chefia e o que é normal, isso sim, é atribuir, como o diploma propõe, um suplemento de 10% à sua remuneração, mas assegurando-lhe a isenção de horário para que depois, por essa razão, já que tem o suplemento de 10%, não usufrua ainda duma sobre remuneração através das horas extraordinárias.

Portanto, Sr. Vice-Presidente, o seu esclarecimento só leva a concluir, que votarão favoravelmente a nossa proposta.

Fico contando com o voto favorável do Partido Socialista a esta nossa proposta de alteração.

Muito obrigado.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

(*) **Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Grande parte desta discussão mais recente é relacionada com a especialidade, mas se for feita agora, para não se perder a embalagem, fica feita.

A explicação dada pelo Sr. Vice-Presidente do Governo vem ao encontro das nossas preocupações. As últimas fundamentações que o Sr. Vice-Presidente avançou aqui sobre a questão das licenciaturas e não licenciaturas levantou-nos uma dúvida.

O princípio geral é que para os cargos de 1º grau o recrutamento faz-se de entre indivíduos de reconhecido mérito e competência na área de detentores de licenciatura ou curso superior que não configura grau de licenciatura.

Os casos previsto no nº 3 para as ilhas de Santa Maria, S. Jorge, Graciosa e Flores, para as unidades geograficamente desconcentradas, essas excepções, penso eu e transformo em pergunta ao Sr. Vice-Presidente, visam ter em conta as características específicas dessas ilhas, as limitações

em matéria de recursos humanos e de quadros dessas ilhas e não propriamente dar, à partida, um estatuto de inferioridade a essas ilhas face às outras?

Isto é: para a Terceira, Faial, S. Miguel e até para o Pico que estava legitimamente preocupado, porque estava incluído na categoria das chamadas ilhas pequenas ou nas chamadas ilhas grandes e estava a desconfiar...

Deputado Lizuarte Machado (PS): Quem é que falou isso?

O Orador: Isto não são coisas para aqui! Foi um colega vosso, mas que eu não vou dizer.

... e alguns deputados do Pico tinham razoáveis dúvidas e interrogavam-se: por que carga de água é que agora estamos entre os grandes?! Não nos queiram tramar!

Isto, repito, parte do princípio de que a solução ideal seria a de que não houvesse excepção para as outras ilhas e, portanto, na Graciosa, em S. Jorge o recrutamento também pudesse ser feito de entre as exigências gerais que são feitas para as outras ilhas.

Portanto, Sr. Vice-Presidente, quer se goste, quer não se goste, a normalidade é que haja essa regra, que é regra básica na função pública, de contemplar, tendo em conta as habilitações literárias e as preparações adequadas e específicas.

Quando V. Exa. põe aqui que é indiferente e que, se calhar, é bem preferível recrutar de entre os que têm reconhecido mérito e competência por contraposição com a exigência da habilitação académica, levanta-se-me a dúvida de quem é que vai ficar melhor servido, se é a Graciosa, S. Jorge, Santa Maria e Flores? Se calhar, S. Miguel, Terceira, Faial e Pico é que estão a ser mal tratados e também querem o regime da não exigência das habilitações literárias, porque o Sr. Vice-Presidente acha que é melhor.

É bom esclarecer isto, Sr. Vice-Presidente, para que a gente não saia daqui enganados, enganados no sentido de que aparentemente estamos fazendo uma coisa para adequar às limitações dessas ilhas com menos recursos, que é isso que era razoável, mas quando existirem nessas ilhas candidatos ou pessoas capazes de cumprir com os requisitos normais para o exercício dessas funções, eu pergunto: vão ficar penalizados por serem residentes numa ilha pequena? Quando na Graciosa houver um engenheiro preparado para ir para as Obras Públicas, ele não vai porque é preferível pôr lá o chefe de secção?

Deputado Costa Pereira (PSD): Exactamente!

O Orador: É importante esclarecer isto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente.

(* **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Um esclarecimento muito rápido e muito simples.

Com o devido respeito, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, tenho que lhe dizer que fiquei agora com a sensação de que não leu este diploma, porque o senhor confundiu claramente o que são cargos de direcção intermédia com cargos de direcção específica e o que nós estamos aqui a discutir são os cargos de direcção específica.

A intervenção que o senhor fez, pegando na argumentação, era para os cargos de direcção intermédia, onde essa questão não se colocava.

Permita-me que lhe lembre, caso tenha lido, deve ter-se esquecido, o ponto 1 do artigo 6º que define o que são cargos de direcção específica e passo a ler: “Sempre que a natureza, âmbito e dimensão dos serviços concentrados não justifiquem a criação dos cargos de direcção previstos nos artigos anteriores, podem ser criados por decreto regulamentar regional outros cargos de direcção na dependência directa do membro do governo”.

Nós estamos a falar de situações que, pela sua natureza, âmbito ou dimensão, não justificam a criação dos cargos, que aqui falámos, de director de serviços e de chefes de divisão, que é aquilo que o senhor estava aqui a falar, mas para o qual a matéria que tinha sido antes referida não tinha nada a ver.

Era este esclarecimento que eu gostaria de deixar ficar.

Presidente: Srs. Deputados, nós estamos a entrar claramente em matéria da especialidade e pedia que reflectissem sobre isso, porque estamos ainda a tratar o diploma na generalidade, embora se possa falar também em questões da especialidade, mas já estamos muito dentro da especialidade.

Portanto, se ao nível geral estivessem esclarecidos fazíamos a votação na generalidade e de seguida passávamos à especialidade onde terão toda a liberdade para discutir artigo por artigo, ponto por ponto.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): É para manifestar a nossa concordância.

Presidente: Assim sendo vamos passar à votação deste diploma, na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Na generalidade a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao debate na especialidade.

Está aberto o debate sobre o artigo 1º.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 1º, por favor, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 1º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à discussão o artigo 2º.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 2º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está aberto o debate sobre o artigo 3º.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Artigo 3º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao artigo 4º. Para este artigo existe uma proposta de eliminação da Comissão e agradecia que alguém entregasse aqui um documento a subscrever esta alteração.

Existe também uma proposta de alteração, apresentada pelo PSD.

Está à discussão o artigo 4º, bem como estas duas propostas de alteração.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Um esclarecimento: como disse inicialmente, são os deputados membros da Comissão de Política Geral os subscritores das propostas de alteração, inseridas no relatório da Comissão de Política Geral.

A identificação está feita, mas faremos chegar por escrito essa subscrição, por todos os deputados membros da Comissão de Política Geral.

A proposta que vem da Comissão é uma proposta de eliminação do nº 1 do artigo 4º, que depois é reposicionado no artigo seguinte, por uma questão de apresentação didáctica e de técnica legislativa.

Quanto à proposta do PSD, ela visa uma alteração da c) do artigo 4º que vem estabelecer igualdade com o Estatuto do Dirigente da Administração Pública Central. Isto porquê? Porque o nosso entendimento é que as dificuldades de recrutamento para estes cargos, designadamente a procura de funcionários com licenciatura foi difícil, no início da autonomia da Administração Pública Regional. Hoje, no entanto, passados 30 anos, não nos parece que a Administração Regional esteja com tanta carência, razão pela qual, achamos não necessária a redução do tempo de experiência profissional. A proposta equipara esta exigência à da Administração Central, em vez dos 4 ou 2

anos de experiência profissional, mantemos a solução de 6 a 4 anos de experiência profissional, tal como existe para a Administração Central.

Era este o esclarecimento que eu queria prestar à Câmara.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De facto, esta proposta do PSD de colocar os prazos em conformidade com o diploma nacional não merece a nossa concordância, porque altera substancialmente aquilo que é a intenção deste diploma e como tal vamos rejeitá-la.

Presidente: Estão explicitadas as posições.

Assim sendo, vamos votar em primeiro lugar a proposta apresentada pelo PSD de alterar a c), do nº 1, do artigo 4º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PP e 1 voto a favor do Deputado Independente.

Presidente: Vamos agora votar a proposta de eliminação do nº 2, que vem da Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de eliminação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a parte restante do artigo 4º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A parte restante do artigo 4º foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PP, 1 voto a favor do Deputado Independente e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Passamos agora ao artigo 5º. Para este artigo existe uma proposta de alteração da Comissão.

Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra para, em nome da Comissão, explicar a proposta de alteração, apresentada pelos Srs. Deputados membros da Comissão de Política Geral.

Para dar melhor sistematização a estes dois artigos, nós repositonamos o texto eliminado no artigo 4º para nº 2 do artigo 5º, passando o actual nº 2 a nº 3 do artigo 5º, que passa a ter três números e o artigo 4º a ser de corpo único.

Muito obrigado.

Presidente: Explicada a razão desta proposta de alteração, estamos em condições de votar. Vamos votar em primeiro lugar esta proposta de alteração que vem da Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à votação da parte restante do artigo 5º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A parte restante do artigo 5º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos agora entrar no artigo que estava a ser debatido na generalidade. Espero que o façam agora.

Está à discussão o artigo 6º.

(Pausa)

Estão inscritos os Srs. Deputados José Manuel Bolieiro, Pedro Gomes e Alvarino Pinheiro.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como bem dizia o Sr. Presidente, estávamos já a discutir este artigo no debate na generalidade, razão pela qual começo apenas por esclarecer parte dos esclarecimentos que o Sr. Vice-Presidente, a propósito deste artigo, estava a fazer à Câmara.

Na verdade, o Sr. Vice-Presidente confundiu o que estava em debate, e tinha razão de ser a preocupação e o pedido de esclarecimento que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro fez.

O Sr. Vice-Presidente apenas leu o nº 1, não sei se leu o diploma todo, mas não teve o cuidado de ler o nº 2 deste artigo, porque ele diz exactamente o seguinte e passo a ler:

“Os cargos a que se refere o número anterior são de 1º e 2º grau com as seguintes áreas de recrutamento:

a) Para os cargos de 1º grau o recrutamento faz-se de entre indivíduos de reconhecido mérito e competência na área, detentores de licenciatura ...”

Para este cargo há também uma área de recrutamento de indivíduos detentores de licenciatura, razão pela qual tinha pertinência a questão que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro colocava.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não queria excluir os licenciados.

O Orador: Portanto, Sr. Vice-Presidente, este, apesar de ser um cargo de direcção específica, também tem a exigência de licenciatura.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não é exigência!

O Orador: A questão que colocamos é a seguinte:

Havendo, na área de recrutamento, indivíduos de reconhecido mérito e competência e detentores de licenciatura, faz sentido nomear outrem que, embora tenha reconhecido mérito e competência na área, não tenha a licenciatura? Estamos ou não à procura, definida a área de recrutamento, dos melhores e mais qualificados também na área académica?

São estes os esclarecimentos que, em nome do Governo, eu pretendia do Sr. Vice-Presidente.

Aquilo que nós não queremos é a distorção, na área de recrutamento, pelo privilégio de um qualquer cartão de militante em vez da qualificação global, quer de mérito e de reconhecida competência, quer também da habilitação académica.

É esta a nota e a recomendação que eu fazia ao Sr. Vice-Presidente para esclarecer a Câmara e ficar registado nos diários das sessões e valer como auxiliar interpretativo da concretização deste diploma.

Fico a aguardar a sua resposta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputado, Srs. Membros do Governo, Sr. Vice-Presidente:

Esta questão do artigo 6º é uma questão fundamental, por uma razão específica.

Nós estamos tratando de cargo de direcção específica, serviços desconcentrados e a norma geral é a que consta do nº 2, a) e b), isto é: o princípio geral de que o recrutamento para estes cargos se faz, para o 1º grau de entre indivíduos com licenciatura.

A norma do nº 3 deste artigo 6º tem claramente uma natureza supletiva, primeiro circunscrita a âmbito geográfico, às ilhas de Santa Maria, S. Jorge, Graciosa e Flores, e só quando não for possível recrutar indivíduos com licenciatura então deverão ser recrutados indivíduos com reconhecido mérito e competência.

Sr. Vice-Presidente, esta é uma questão fundamental e não é sequer uma questão inocente que estamos aqui a levantar, porque isto pode fazer perigar o equilíbrio da própria execução deste artigo 6º para a nomeação dos cargos de direcção específica.

O que se quer aqui é uma administração adequada, preparada e cada vez mais capaz.

Se V. Exa. diz, como disse aqui nesta Câmara que tanto faz...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Eu não disse isso.

O Orador: Pareceu-me que foi isso que disse. Se estou enganado, peço-lhe o favor de corrigir. Eu não estou a fazer nenhum juízo de intenção.

Pareceu-me que teria dito que tanto faria recrutamento de entre indivíduos licenciados ou não licenciados, mas se não foi isso fico satisfeito.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não disse isso.

O Orador: Impõe-se então um esclarecimento cabal.

Deputado Francisco Coelho (PS): Façam uma proposta de alteração.

O Orador: Temos uma proposta de alteração quanto ao índice.

Aliás, folgo muito que o Sr. Deputado Francisco Coelho fale apenas por apartes. Isto é uma nova técnica do líder do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que votado a um prudente silêncio no uso da palavra nesta Câmara, pronuncia-se por apartes.

Deputado Francisco Coelho (PS): Para si, aparte já é muito.

O Orador: Há apartes que eu prefiro não comentar.

Sr. Vice-Presidente, gostaria que pudéssemos ter aqui um esclarecimento cabal da sua parte quanto a esta matéria, que faz toda a distinção no equilíbrio da execução deste artigo 6º, quanto aos cargos de direcção específica.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

(*) **Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Era preferível, daí o meu convite, que se porventura o Sr. Vice-Presidente já tivesse decidido responder às pertinentes e esclarecidas questões que os Srs. Deputados Bolieiro e Pedro Gomes colocaram e que estão relacionadas com a dúvida que eu tinha antes também aqui levantado, julgo que facilitava as coisas.

Eu quando há pouco tentei simplificar, e se calhar foi o meu erro e dou a mão à palmatória por isso, porque às vezes quando se simplifica de mais, também corre-se o risco de ser mal interpretado, com aquele exemplo muito simples e que foi muito bem aqui tratado, gostaria de saber, na prática, se os senhores acham que essas unidades orgânicas, geograficamente desconcentradas em Santa Maria, S. Jorge, Graciosa e Flores, são mesmo de categoria inferior?

Está aqui supostamente aberta a possibilidade para idêntica categoria, relativamente a cargos de direcção específica em que o nº 2 refere, como aqui foi muito bem lembrado, que os cargos são de 1º e 2º grau, definindo depois a regra geral para os cargos de 1º e 2º grau e depois no nº 3 diz-se: “Para as unidades orgânicas geograficamente desconcentradas nas ilhas de Santa Maria, S. Jorge, Graciosa e Flores, podem ainda ser ...”.

Aliás não sendo jurista, mas estando muito atento àquilo que dizem também os colegas deputados que têm formação jurídica, parece-me que deixa claramente em aberto de que, além do que já está previsto, podem ainda ser além dos outros.

Quando eu colocava a questão de que havendo nessas ilhas indivíduos que satisfazem o requisito geral para esse grau de direcção, então não vamos abrir uma excepção, que foi concebida inicialmente para responder às limitações de recursos humanos dessas ilhas e como agora, felizmente, nos Açores cada vez mais surgem maiores qualificações em todas as comunidades, nas maiores e nas mais pequenas, isso tem que aparecer como uma situação excepcional quando não existirem indivíduos com as condições gerais. Só nessas condições é que se tem que recorrer e abrir a excepção.

Julgo que foi sempre esse o espírito que estava interpretando como sendo aqui também o que se visava com esta legislação.

A partir de agora, realmente estamos todos baralhados.

Portanto, o que isto quer dizer é que mesmo havendo nas ilhas pessoas qualificadas para aquela função, como a lei o determina, vai prescindir-se de gente qualificada para se pôr, à partida, gente não qualificada. Ora se é assim, é incorrecto. A questão é esta.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de dizer, eu primeiro lugar, talvez por erro do serviço de fotocópias desta Assembleia, eu não recebi e não tenho qualquer proposta de alteração por parte do PSD e do PP à matéria que está aqui a ser discutida, o que pressupõe a concordância com as linhas que estão aqui definidas.

Presidente: Sr. Vice-Presidente, o senhor não tem as propostas de alteração do PSD?

O Orador: Tenho, não tenho é nenhuma proposta do PSD e do PP para alteração das questões que estão aqui a ser discutidas. É apenas isso, mas pode ser falha minha.

Deputado Clélio Meneses (PSD): É uma brincadeira!

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): A incapacidade argumentativa deu para a retórica.

O Orador: Podia ser falha da minha parte, mas...

Presidente: Eu já compreendi. Este plenário de hoje está muito curioso, desde a intervenção feita pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, partilhada pela bancada do PSD.

O Sr. Vice-Presidente faça o favor de prosseguir.

O Orador: Segunda questão:

Quem está a ouvir esta análise e não conhece o documento pensa numa questão prévia que é a seguinte: que pode ser recrutado para estes cargos pessoas com grau de licenciatura, sem licenciatura e com categoria técnico-profissional é exactamente a mesma coisa. Não é a mesma coisa.

Primeiro, o estatuto remuneratório é claramente diferente, porque as pessoas com grau de licenciatura ou com um curso superior que não confira o grau de licenciatura são remuneradas pelo índice 830. Se for, no caso das ilhas específicas, pessoas que tenham a habilitação exigida para o ingresso na carreira técnico-profissional ou funcionários já inseridos nessa carreira, o índice remuneratório é o 560, ou seja, nós estamos a falar da mesma coisa, nem estamos a falar, para um determinado cargo, do mesmo estatuto remuneratório e, portanto, não é, indiferente ter licenciatura, curso superior que não confira o grau de licenciatura e ter habilitações da carreira técnico-profissional, ficando esta questão, à partida, definida.

Terceira questão:

O que os senhores pretendiam que eu respondesse e que não posso responder é dizer aqui textualmente que em todas as situações, que em todos os casos que houver na Região, nos casos concretos destas ilhas, assumo aqui o compromisso que se houver uma pessoa com um determinado nível de habilitação automaticamente seja a opção em relação aos outros. Eu não posso fazer isso.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não é opção!

O Orador: Não é não ser opção. O que os senhores querem colocar é a garantia de que assim seja e se assim for têm que fazer automaticamente a mesma incidir sobre esta matéria, em termos legislativos. Essa garantia existe para os cargos de director de serviços e para os cargos de chefes de divisão.

Esta garantia realisticamente não existe, porque não pode existir para os cargos de direcção específica que tem um estatuto remuneratório e uma função dirigente claramente inferior.

Objectivamente, em cada situação, cabe ponderar, mas não se pode ponderar da mesma forma quem tem um grau de licenciatura, quem tem um grau de curso superior que não confira o grau de licenciatura e quem tenha como habilitações a carreira técnico-profissional.

Portanto, em termos de habilitações, objectivamente que a ponderação não será a mesma, assim como, como se diz aqui, o estatuto remuneratório também não será o mesmo, havendo uma diferença substancial.

O que os senhores querem é que diga que, mas nem eu nem ninguém pode dizer, toda a vez que, para qualquer cargo, apareça uma pessoa licenciada ela tem preferência sobre uma pessoa que, por exemplo, tem carreira técnico-profissional.

Ora, isto quer dizer que, levando à letra o que os senhores dizem, se aparecer uma pessoa licenciada numa determinada área que não tem nada a ver com a função que está a ser exercida, essa pessoa tenha preferência em relação às outras.

Portanto, objectivamente ninguém pode nem deve deduzir das minhas palavras que haja uma não consideração pela licenciatura ou pelo grau superior que não confira o grau de licenciatura.

Isso é importante e será ponderado, agora, ninguém pode também querer que o Governo Regional dos Açores assumo o compromisso de que, em todos os casos e em toda a Região, essa questão automaticamente e em exclusividade de preferência para cargos, como referi, que não são cargos de direcção que se revista o enquadramento de director de serviços ou chefe de divisão. Por isso mesmo é de direcção específica.

Portanto, neste contexto, nem eu nem ninguém pode assumir esse compromisso de exclusividade, como também os senhores não podem, como queriam fazer, deduzir das minhas palavras que era indiferente o nível académico dos potenciais concorrentes ou das potenciais pessoas que aceitem esta oferta. Não é isso que existe e não foi isso que eu disse.

Agora, abrindo estas possibilidades, devidamente ponderados todos os enquadramentos, em cada caso será encontrada a melhor solução que responda à maior eficácia dos serviços e à melhor competência e valia no exercício desta função.

Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ferreira.

(*) **Deputado Sérgio Ferreira** (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo:

Eu percebi tudo o que disse, mas há uma questão que eu não consigo perceber e que é a seguinte:

Por que é que para S. Miguel, Terceira, Pico e Faial é obrigatório ter a licenciatura e para Santa Maria, Graciosa, Flores e Corvo esse facto já não é assim tão importante? É isso que eu não consigo perceber.

Penso que devia ser igual para todos, não havendo necessidade de fazer excepção para as ilhas de Santa Maria, Graciosa, Flores e Corvo..

Deputado Mark Marques (*PSD*): E São Jorge!

O Orador: Se para as outras ilhas é obrigatório haver licenciatura, então para estas, caso haja um licenciado, esse terá que ter preferência em relação aos restantes.

Penso que deve ser assim, não havendo nenhuma razão para haver essa distinção.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apesar de várias e longas intervenções, o Sr. Vice-Presidente do Governo não foi capaz de esclarecer, nem de ter objectividade.

Continuamos na dúvida quanto à pretensão do Governo na aplicação destes cargos de direcção específica, que, por sinal, não estão aqui identificados quais são. Nós sabemos que são cargos de direcção específica, uns de 1º e outros de 2º grau, mas não sabemos que tipo de direcção específica estará aqui previsto.

Existe o director de serviços, existe o chefe de divisão, mas aqui não sabemos que tipo de cargo, de chefia e de direcção é que vamos ter. Admito que isso possa ser resolvido, aliás, terá que ser, no âmbito do decreto regulamentar, mas fazia sentido este diploma determinar estes cargos de direcção específica.

Mas, para que fique registado, o PSD entende que não é razoável, ponderados todos os factores concretos, que um funcionário público, licenciado, de reconhecido mérito e competência possa ser preterido por outrem que não tenha licenciatura, uma mais valia curricular.

Finalmente, também não ficou esclarecido, por incapacidade argumentativa do Sr. Vice-Presidente, a aplicação do nº 3 deste artigo 6º.

Assim sendo, quero declarar à Câmara e ao Sr. Presidente que o Grupo Parlamentar do PSD, neste contexto, e não vendo argumento suficiente para a previsão deste nº 3, por ser possível resolver as questões previstas, quer pela regra geral prevista nos nº 1 e 2, quer pelo exercício de funções de coordenação, fará uma proposta de eliminação do nº 3 do artigo 6º, que dará entrada na Mesa para efeitos de distribuição. É uma proposta simples de eliminação do nº 3 do artigo 6º.

Presidente: Aceitam-se mais inscrições.

(*Pausa*)

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membro do Governo:

Uso a palavra desta vez para apresentar a proposta de alteração do PSD, para a a) do nº 2 deste mesmo artigo.

Uma vez que se trata de um cargo de direcção específica de menor exigência curricular para efeitos de recrutamento, nós entendemos que não faz sentido atribuir um índice tão próximo daquele por que é remunerado o chefe de divisão.

Também porque não pode ser um índice remuneratório abaixo do topo da carreira dos técnicos superiores, razão pela qual, no exercício de contenção orçamental, de racionalidade e de sentido de seriação dos respectivos cargos de direcção, esta proposta deveria ser grata ao Sr. Vice-Presidente do Governo.

Propomos diminuir, na a), o índice 830, para o índice 710.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nós entendemos a argumentação do PSD.

No entanto, penso que o Sr. Vice-Presidente já teve oportunidade de responder a essa questão no debate na generalidade.

Já foi referida a intenção de mantermos o índice 830 e, portanto, votaremos contra a proposta do PSD.

Para efeitos de votação, não sei se nós poderemos considerar como proposta do PSD a questão de alteração do índice e da eliminação do nº 3, para tornar o processo mais expedito.

Presidente: Srs. Deputados, deu entrada na Mesa uma proposta de eliminação do nº 3 do artigo 6º, apresentada pelo PSD.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É só para mostrar a certa incoerência entre o discurso que o PSD teve no passado e esta proposta, ou seja, o PSD disse que se deve, em absoluto, considerar sempre uma pessoa licenciada para este tipo de função e deve ter preferência sobre todos os outros.

Depois apresenta uma proposta no sentido de baixar o estatuto remuneratório dessa função, apresentando um estatuto remuneratório que é abaixo de um determinado nível de progressão da carreira das pessoas licenciadas.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não é.

O Orador: O que o PSD está a fazer com esta proposta é que o licenciado, a partir de determinada progressão na sua carreira, perca dinheiro ao exercer esta função.

Era só isto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para fazer a seguinte pergunta ao Sr. Vice-Presidente:

O senhor é capaz de dizer à Câmara qual é o índice remuneratório de um assessor principal?

Muito obrigado.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Em que escalão?

Deputado António Marinho (PSD): 1º.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Fica o registo de não resposta.

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): Isto é algum exame?

Deputado António Marinho (PSD): É o índice 710.

Presidente: Srs. Deputados, estamos em condições de votar.

Vamos fazer a votação deste artigo 6º, para o qual existe uma proposta de eliminação e uma de alteração.

Vamos começar pela proposta de eliminação.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta de eliminação do nº 3 do artigo 6º, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PSD e que tem a ver com o índice de remuneração.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de sentar.

O Srs. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PP e 1 voto a favor do Deputado Independente.

Presidente: Vamos agora votar o artigo 6º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 6º foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Deputado Independente, 17 votos contra do PSD e 1 voto contra do PP.

Presidente: Passamos ao artigo 7º, para o qual também existe uma proposta de eliminação. Está aberto o debate.

(Pausa)

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No âmbito da discussão na generalidade já abordamos esta matéria.

Esclarecendo agora, no tempo próprio, informo a câmara que a proposta de eliminação do nº 6 tem a ver com a questão da isenção de horário passando o nº 7 a nº 6.

Estando criada esta chefia e atribuído um suplemento remuneratório de 10%, faz sentido a isenção de horário. É assim que funciona com todos os outros cargos de direcção e, portanto, não há desresponsabilização, antes pelo contrário, há um reforço de responsabilização.

Não se acrescenta aqui qualquer sobreremuneração subliminar ou sub-reptícia através de acordos mensais do pagamento de horas extraordinárias.

Este é um esforço de transparência, objectividade e de manutenção da coerência com o estatuto de dirigente, mesmo na qualidade de dirigente em exercício de funções de coordenação, e também de contenção de despesa pública.

Por outro lado, afasta qualquer possibilidade de sobre remuneração, mesmo que não seja essa a intenção do Governo (e quero acreditar que não seja!), mas se está imbuído deste espírito faz todo o sentido recomendar à bancada do Partido Socialista o voto favorável a esta proposta, porque ela cumpre os três requisitos essenciais para uma boa governação: transparência, objectividade e contenção de despesa orçamental na retribuição a prestar aos cargos de coordenação na Administração Pública Regional.

Deputado Pedro Gomes (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Acho que não é proibindo a remuneração de horas extraordinárias às pessoas quando no seu devido momento e se justifique as tenham, que há contenção.

Por outro lado, não é introduzindo uma remuneração adicional para estas funções de apenas 10% sobre o ordenado base que seja remuneração suficiente para quando for necessário as pessoas não exerçam essa actividade, porque, do ponto de vista prático, ninguém com uma remuneração de 10% sobre o ordenado base tem motivação para fazer alargamento do horário ou como não deixa de ter se o não fizer.

Portanto, o que não pode ser admissível nesta casa é lançar suspeitas sobre a situação de remuneração por via de horas extraordinárias não provadas, porque isso põe em causa a onerabilidade de todos os dirigentes da Administração Pública Regional. Isto é inadmissível.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Eles estão com isenção de horário!

O Orador: Segunda questão:

Se a intenção fosse remunerar as pessoas através das horas extraordinárias isto não estava aqui, porque não era por 10% de remuneração que essa questão deixava de ser feita e podia-se manter. Se essa situação fosse prática, se essa situação existisse e se fosse essa a intenção, nós não traríamos esta proposta aqui, porque pura e simplesmente não era por mais 10%, pela vossa lógica, pela vossa filosofia, pelo vosso erro de pressuposto que estariam esses 10% introduzidos através de horas extraordinárias e não estaríamos aqui a debater esta matéria.

Portanto, o vosso mau fundo, permitam-me que vos diga, a vossa falta de sentido de ver sempre uma terceira intenção onde ela não existe, leva a essas tentativas de ver fantasmas onde eles não existem e, inclusivamente, de uma forma tão irracional nestas matérias onde os montantes e as matérias que estão em causa não têm a ver com esses fantasmas e intenções que os senhores tentam lançar sobre esta matéria.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É quase surrealista este tipo de argumentação e eu relevo a expressão “mau fundo”. Penso que foi um problema de dislexia neste conjunto baralhado de argumentação.

Sr. Vice-Presidente, com a tranquilidade de quem concorda com a atribuição de um suplemento de remuneração aos que exercem funções de coordenação, acho que o adequado é, neste caso, se considera, como acabou de revelar, que 10% é insuficiente, acrescentar 15, 20, 30%, ou o que entender, e nós estamos aqui para analisar e aprovar uma melhoria...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Contenção de despesas.

O Orador: ... do suplemento remuneratório, mas não o de horas extraordinárias, porque é ilógico, Sr. Vice-Presidente.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Mas quem é que falou em horas extraordinárias? Estão a ver fantasmas onde eles não existem!

O Orador: Ninguém está a ver fantasmas.

Sr. Vice-Presidente, se quer manter uma coerência com a estrutura da Administração Pública e da existência de cargos de direcção e de chefia, o que tem lógica é isentar de horário os dirigentes. Isto é que é lógico e coerente.

O senhor no nº 6 faz exactamente o oposto, que é dizer que não tem direito à isenção de horário de trabalho. Isto é um absurdo!

Se quer remunerar melhor quem terá funções de coordenação, então apresente uma proposta aumentando a remuneração, não em 10% como está previsto no nº 7, mas em 15, 20, ou o que entender, e logo se discutirá quantitativamente qual o valor a atribuir. Isto é tão simples.

Qualquer argumentação do género da que o Sr. Vice-Presidente apresentou é surrealista e não faz qualquer sentido para os cargos de direcção e de chefia da Administração Pública ou até mesmo de qualquer empresa pública ou privada.

Se quer alguém a chefiar e com isso melhorar o seu estatuto remuneratório, atribua-lhe exactamente este suplemento, dizendo de forma objectiva qual o valor do mesmo, conferindo-lhe maior responsabilidade, isentando-o do horário, porque isso é uma forma de o responsabilizar e até de justificar o suplemento remuneratório que lhe é atribuído pelas funções de coordenação.

Isto é tão simples que confesso que não percebo como é que o Governo e os Srs. Deputados do Partido Socialista não percebem. Eu não percebo como é que não percebem.

Deputado Pedro Gomes (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Deputado Paulo Messias (PS): Eu conheço outros assim:

“Só o meu filho é que vai com o passo certo!”

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

(*) **Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pelos vistos é mais um passo errado que está subjacente a esta matéria.

Eu julgo que os contributos que têm aqui sido dados são contributos muito válidos, tecnicamente muito pertinentes e nesta sala há aqui pessoas que têm experiência, que já tiveram grandes responsabilidades ao nível da administração e, certamente, que terão juízos correctos sobre a pertinência das coisas que se estão aqui a colocar.

Isto não é feito de ânimo leve, mas o que parece às vezes que é feito de ânimo leve é a forma como se reage a questões que têm um carácter técnico e que se está levando para um carácter político.

Dir-me-ão: é pena que se perca muito tempo com isto. Pena maior era não ligar a isto. Sob esse ponto de vista, isso é que era dramático.

Julgo que, no contributo modesto que demos a isto, não se trata aqui sequer de impor. É uma questão de se reflectir e se concluirmos que é melhor assim, pois que fique assim e ponto final.

Agora, julgo que o que é importante é não reagir com emoção, mas reconhecer tecnicamente o que é melhor.

Nestas matérias também gosto muito de ouvir os juristas e há aí ilustres juristas e o Partido Socialista tem também, às vezes, a tradição de ser flexível. A imagem do PS não é só esta que estamos a ver hoje aqui, também há outras imagens do PS e dos seus mais responsáveis elementos. Não me refiro ao “terceiro anel”, refiro-me a pessoas responsáveis.

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): Aqui são todos responsáveis.

O Orador: Eu sei, mas o senhor entendeu o que eu quis dizer.

Se me permite, Sr. Presidente, a letra do próprio texto diz: “O exercício de funções de coordenação não confere ... o direito à isenção de horário de trabalho”.

Não quero “meter a foice em seara alheia”, mas “o direito” à primeira vista dá quase a preocupação de obrigar esses senhores a cumprir um horário. O receio é que eles não cumpram o horário e parece-me ser esta a preocupação.

Eu queria referir que estou totalmente de acordo com os fundamentos, que foram muito bem anunciados e não os vou repetir.

Portanto, a isenção de horário só dignifica e responsabiliza a função e, de facto, a única observação que me parece pertinente, Sr. Vice-Presidente, é se efectivamente os 10% não são suficientes para impor, aumente-se essa percentagem.

Julgo que devia ser uma imposição. A chefia tem a obrigação de estar isenta. Não é um direito que se lhe dá, é uma exigência que se lhe faz. Seria um direito no pressuposto dele não cumprir. É assim que acontece a todos os níveis, Sr. Vice-Presidente.

Eu conheço e todos nós conhecemos casos particulares de técnicos, no caso em apreço, que não aceitam ser nomeados ou quando era por concurso não concorriam para cargos de direcção, nomeadamente assessores principais, porque não estão disponíveis para isso, exactamente porque uma das consequências da isenção, mas não é isenção para entrar ao meio dia e sair às 2 horas, é ter que ficar até às 7 horas se for preciso, é a responsabilidade que às vezes não se mede só como o pintor em horas de trabalho, é a responsabilidade, é não ter que almoçar, porque naquele dia não é possível.

Portanto, é este sentido que julgo que é lógico e que está associado a toda a chefia.

O Sr. Vice-Presidente pode dizer-me: mas com 10% como é que vamos conseguir?!

Relativamente a isso eu não quero fazer minhas propostas que já foram aqui claramente ditas, mas pondere-se aumentar para 15 ou 20%. Agora, abrir esta excepção de dar a chefia e depois se está em pé de igualdade com agente geral e se ficar mais uma hora no serviço, mete ajudas de custo, parece-me...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O senhor já leu isto?

O Orador: Não, eu não li nada! Se o senhor viesse para aqui como Secretário Regional talvez soubesse os índices da função pública.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação da proposta de eliminação do nº 6 do artigo 7º, apresentada pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de eliminação, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PP e 1 voto a favor do Deputado Independente.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 7º.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 7º, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 7º foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 1 voto contra do PP e 1 voto contra do Deputado Independente.

Presidente: Passamos ao artigo 8º, para o qual existe uma proposta de alteração do PSD. Está à discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A proposta de alteração do PSD ao artigo 8º melhora a sua redacção e clarifica a exigência de um parecer vinculativo da Direcção Regional da Administração Pública, para serem criados estes cargos de direcção específica.

Presidente: Não há mais intervenções, vamos votar a proposta de alteração, apresentada pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PP e 1 voto a favor do Deputado Independente.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 8º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 8º foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 17 abstenções do PSD, 1 abstenção do PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Passamos ao artigo 9º.

Não havendo nenhuma proposta de alteração para este artigo, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 9º, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 9º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao artigo 10º. Para este artigo existe uma proposta de alteração ao nº 3, apresentada pelo PSD.

Está à discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Neste momento gostaria de testar o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, porque esta é apenas uma alteração de técnica legislativa, sem qualquer objectivo político.

Deputado Paulo Messias (PS): Então as outras tinham!

O Orador: Não sei se o posicionamento do Grupo Parlamentar do PS é chumbar tudo o que vem do PSD. Veremos!

Esta proposta de alteração visa clarificar a exigência, no âmbito do regulamento que está previsto para a formação profissional, para que a formação profissional siga as regras gerais dos regulamentos em vigor na Administração Pública. Acrescentamos o nº 3 e renumeramos os números 4 e 5, do artigo 10º, da Proposta de Decreto Legislativo Regional que o Governo apresenta.

Presidente: Não há mais intervenções, vamos votar a proposta de alteração, apresentada pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PP e 1 voto a favor do Deputado Independente.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 10º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 10º foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Deputado Independente, 17 abstenções do PSD e 1 abstenção do PP.

Presidente: Os artigos 11º, 12º e 13º não têm alterações. Eu pergunto se posso pôr à votação em conjunto os três artigos.

Parecendo não haver oposição, vamos votar em conjunto os três artigos.

Os Srs. Deputados que concordam com estes três artigos, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional, em votação final global, foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Deputado Independente, 17 abstenções do PSD e 1 abstenção do PP.

Presidente: Este diploma, como foi aqui referido, é um diploma muito importante, à semelhança daquele de ontem, vai ter muitos intérpretes na Administração Pública Regional e, portanto, tem que se feito com o máximo de cuidado.

Ele vai baixar à comissão de redacção e espero que tenham em consideração a nova designação da Assembleia Legislativa.

Espero também que chegue até aqui à mesa um documento de subscrição das propostas da Comissão.

Espero ainda, e esta é da minha lavra, que tenham muita atenção a alguns aspectos verbais. Por exemplo, no artigo 7º todos os verbos se encontram no infinito, com excepção do verbo requisitar. Convém que todos fiquem no mesmo tempo verbal para depois não causar alguns problemas.

Desculpem lá esta observação.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Lembrava bem o Sr. Presidente que estes textos, apresentados pelo Governo, têm sempre um problema de qualidade que pode ser melhorado no âmbito da Comissão.

O PSD votou na generalidade a favor deste diploma, porque ele é estruturante e essencial para a organização da Administração Pública Regional.

No debate na especialidade apresentou várias propostas que, claramente, tinham como objectivo a melhoria, a objectividade e a transparência de muitas das suas previsões legais, recusadas pela maioria do Partido Socialista, razão pela qual o PSD, em votação final global, não podia manter a sua votação favorável a um diploma que não foi melhorado por recusa da maioria do Partido Socialista e com uma argumentação que, tentando ser ofensiva por parte do Sr. Vice-Presidente do Governo, não justificou nem argumentou, com suficiência, o voto contra as propostas apresentadas, pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Fica o registo da postura do Grupo Parlamentar do Partido Socialista que, apenas por ter sido da iniciativa da oposição,...

Deputado Paulo Messias (PS): Não foi por isso.

O Orador: ... não acolheu nenhuma das propostas de alteração que o PSD apresentou, algumas delas apenas de melhoria técnica sem qualquer alteração da filosofia do diploma.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: É este o registo autista do Partido Socialista quanto a tudo o que venha da oposição.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista votou favoravelmente este importante diploma que regula o Estatuto do Pessoal Dirigente, e como disse muito bem o Deputado Bolieiro, estruturante para a Administração Pública Regional, por ser um diploma que introduz inovação, moderniza e melhora muito o funcionamento da Administração Regional.

Aquilo que o PSD tem que perceber é que da parte do PS, como diversas vezes já aqui demos provas, não há qualquer preconceito em relação à origem duma proposta, seja ela de que partido for.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Mas era uma boa oportunidade.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Tem dias.

O Orador: O que acontece é que o Partido Socialista tem a suas posições e, como é óbvio, as propostas que alterem, em nosso entender, substancialmente os diplomas não merecem a nossa concordância.

É este o jogo da democracia e como disse o Partido Socialista rejeitou as propostas do PSD baseado nestes pressupostos, sem qualquer tipo de preconceito em relação à origem das propostas.

Muito obrigado.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): A sua conclusão não tem pressuposto!

Presidente: Srs. Deputados, estão encerrados os nossos trabalhos por hoje. Voltamos amanhã às 10,00 horas.

(Eram 20 horas e 05 minutos)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Nélia Maria Pacheco Amaral

Osório Meneses da Silva

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

José Gabriel Freitas Eduardo

Manuel Herberto Santos da Rosa

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes dos Reis

António Maria da Silva Gonçalves

(*) Texto não revisto pelo orador

O Redactor, *José Rodrigues da Costa.*